

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

ATA Nº7/2020

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, levou-se a efeito no auditório do Centro Lúdico de Massamá, em Massamá, a Sessão Ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, pelas 19 horas, presidida por Manuel Lourenço Marques (Presidente da Mesa da Assembleia), secretariada por Ana Paula Carvalho (1ª Secretária) e Sandra Viegas (2ª Secretária). -----

O Executivo da União das Freguesias de Massamá e de Monte Abraão fez-se representar pelos: Presidente, Pedro Oliveira Brás; o Tesoureiro, Hélder Leandro Couto; e os Vogais João Maria Russo, Nuno Goulão e Carlos Rodrigues.-----

A sessão decorreu com a seguinte Ordem de Trabalhos (de acordo com a convocatória): -----

- 1. Informações; -----**
- 2. Apreciação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021; -----**
- 3. Apreciação, discussão e votação referente à Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----**
- 4. Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2021; -----**
- 5. Apreciação discussão e votação da 2ª Alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; -----**
- 6. Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo; -----**
- 7. Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato de cedência de utilização de parte de imóvel municipal a celebrar entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; -----**
- 8. Apreciação, discussão e votação referente à Autorização específica para a abertura de concurso público para aquisição de serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Ajardinados na União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; -----**
- 9. Apreciação, discussão e votação da minuta de protocolo de local de recolha, entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Electrão – Associação de Gestão de resíduos; --**
- 10. Apreciação da Informação Escrita do Presidente, referente ao 4º Trimestre de 2020, relativa às atividades e Situação Financeira da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão. -----**

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu os trabalhos dando as boas-vindas a todos os presentes. Passou a cumprimentar o Sr. Presidente do Executivo, todos os membros do Executivo, o Secretário da Mesa, os Vogais das diversas Bancadas, colaboradores ali presentes e a quem acompanhava os trabalhos em casa. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

De seguida, passou a estabelecer o quórum, informando que iria proceder às substituições, relativamente à: -----

Bancada do PS – os Vogais Antonieta Rosa, João Henriques (1ª Secretário) e Helena Marques, pediram substituição, tendo sido substituídos pelos Vogais Carlos Nogueira, Afonso Correia e Ana Paula Martins. -----

Bancada do PSD – o Vogal João Paixão foi substituído pelo Vogal Ricardo Oliveira; -----

Bancadas da CDU – a Vogal Maria João Luís Antunes, foi substituída pelo Vogal Luís Coelho. -----

Vogais Independentes: o Vogal José Barandas Salgado foi substituído pela Vogal Ana de Sousa. -----

Assim, conforme indica a folha de presenças desta sessão, encontravam-se presentes os 21 Vogais que compõem esta assembleia, pelo que dataram e assinaram a folha de presenças: -----

Pela Bancada do Partido Socialista (PS): Manuel Lourenço Marques, Sandra Viegas, Ana Paula Carvalho, David Silva, Arnaldo Costa, José Fernandes, Manuel Salvador Reis, Maria Adelaide de Sousa, Carlos Nogueira, Afonso Correia e Ana Paula Martins; -----

pela Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): José Coelho e Luís Coelho; -----

pela Bancada do Bloco de Esquerda: José Barroso Dias e Rosa Maria Pereira. -----

pela Bancada do Partido Social Democrata (PSD): Ricardo Oliveira; -----

pela Bancada do Partido Centro Democrático Social (CDS/PP): Luís Fernandes; -----

pelos Vogais Independentes: Carlos Saldanha, Maria de Fátima Campos, Ana de Sousa e Ana Paula Garganta. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) lembrou que, sendo esta uma Assembleia Ordinária, haveria lugar ao período de 30 minutos em que era dada a palavra ao público que pretendesse intervir. Salientou que, dada a necessidade de observância das recomendações da DGS, tendo em conta o espaço e o número de pessoas, ao público embora não presente, tinha sido possibilitado aos moradores o envio de questões via email, conforme publicitado em Edital relativo à sessão. Deu nota que o Sr. Presidente do Executivo prestaria ali os esclarecimentos devidos, e posteriormente as respostas seriam enviadas pela mesma via aos próprios com cópia aos vogais da Assembleia. Informou que tinha havido uma inscrição, a do **Sr. Ricardo Belo** cujo assunto era o Programa Domingão (SIC) que decorreu em Massamá e Monte Abraão. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao **Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás)** que começou por apresentar os cumprimentos protocolares aos presentes. Em resposta ao morador Ricardo Belo, referiu que a questão tinha já sido colocada noutros fóruns, mas aquele era o espaço para responder aos cidadãos sobre as matérias relevantes da autarquia, pois este era o fórum de fiscalização do trabalho do executivo. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Dirigindo-se ao cidadão Ricardo Belo, disse que ficava na dúvida se as questões eram suas ou de outrem porque numa sessão em direto, a um comentário que tinha feito a uma pergunta que queria fazer – certamente equivocado – fez uma cópia que dizia «para perguntares no direto»; portanto alguém tinha pedido ao Sr. Ricardo Belo para fazer uma determinada pergunta. -----

Lembrou que era sabido que o Sr. Ricardo Belo não era um cidadão tão anónimo quanto isso, que integrava a lista do PSD e que era conhecida a agenda que vinha a desenvolver e, portanto, ficava na dúvida se as perguntas eram pessoais ou se a pessoa que pedia para perguntar não tinha a coragem de colocar essas questões de forma direta. -----

Afirmou então que a melhor forma de responder à questão era com o exemplo de uma senhora de 81 anos que estava sozinha fruto do confinamento e do isolamento, já não via a filha havia alguns meses, e que tinha escrito uma mensagem para a filha em que dizia: «Filha, nem imaginas a coisa mais linda que aqui passou na rua!». Disse que, se havia alguma forma de responder à questão sobre o Programa Domingo, porque é que o tinham feito, porque o tinham realizado, esta era a melhor resposta. -----

Esclareceu que a iniciativa tinha tido um custo total de cerca de 5 mil euros, salientando que não tinham pagado o mesmo que os municípios de Cascais e Oeiras. Relativamente a uma das questões sobre os valores pagos à PSP, salientou que estava incluído nos 5 mil euros. Quanto às licenças e aos grupos motards afirmou que a nossa freguesia tinha um tecido associativo bastante interessante e sempre disponível a colaborar quando solicitado; especificando que, no que dizia respeito ao grupo motard (a que o Sr. Ricardo Belo se referira), o Grupo Motard Foge com Elas, este se tinha disponibilizado para ajudar na dinâmica do percurso desde a primeira hora: o de corte de estradas, o de caminho estabelecido, pois já estava habituado a fazê-lo há muitos anos (por exemplo, nas provas do Joma) e, portanto, era um movimento do tecido associativo, uma associação, uma instituição que, como todas as outras, quando era solicitada a sua atuação estava sempre disponível. -----

Relativamente ao referido, que considerou importante, e passou a citar: «*Ao contrário de outros órgãos do poder local que cancelaram celebrações por considerar que este é um momento único do país, o Sr. Escolheu trazer o Carnaval no Inverno*», afirmou que aquilo que tinha visto tinha sido muitas pessoas a festejarem o Carnaval de Inverno e, inclusive, o próprio Sr. Ricardo Belo andava atrás do autocarro como um folião contente e satisfeito ao longo das ruas da freguesia. -----

Concluiu, afirmando que o executivo sabia qual era a agenda e o propósito deste cidadão; mas que também sabia que para muitas pessoas que estavam à janela e varandas tinha sido o único momento de alegria que tiveram no cinzento em que vivíamos e que isso o deixava satisfeito, o ver na cara dessas pessoas a alegria. Afirmou que estas iniciativas faziam sentido e deviam ser procuradas cada vez mais. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu nota que tinham sido enviadas previamente à Mesa duas moções como era do conhecimento de todos os Senhores Vogais.

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Informou que a primeira fora redigida pelo PS e posteriormente consertada com todas as Bancadas e com todos os Vogais Independentes, tendo-se chegado a um texto conjunto. -----

O Sr. Vogal José Coelho da Bancada da CDU sugeriu que se procedesse à leitura da moção, pelo que o Sr. Presidente deu a palavra ao **Sr. Vogal David Silva da Bancada do PS**, como 1º subscritor para que lesse a **Moção Conjunta** e para que assim todos os que assistiam à sessão pudessem tomar conhecimento do que se estava a falar. -----

Tomou a palavra o Vogal David Silva da Bancada do PS que após cumprimentar os presentes passou a ler a **Moção Conjunta «Contra o Encerramento da Agência da CGD de Queluz Ocidental, em Monte Abraão»**. -----

Sublinhou o facto de se ter obtido um texto transversal que reuniu o consenso de todas as forças políticas, o que saudou, pois tratava-se de uma demonstração de maturidade política e da importância de muitas vezes colocar as divergências para trás e dar voz a todos os residentes, neste caso, de Monte Abraão. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha. -----

Após apresentar os cumprimentos protocolares, afirmou que esta era uma questão que ultrapassava todas as barreiras partidárias, sendo que estava em causa o interesse público, o da freguesia e, nomeadamente, o interesse dos residentes em Monte Abraão em Massamá, que ficariam prejudicados ao acesso às suas contas e no seu dia-a-dia, particularmente os reformados que recebiam as pensões pela CGD. -----

Disse achar importante que, quer a freguesia de Agualva Mira-Sinta, quer a freguesia de Massamá Monte Abraão, unissem esforços, mas que neste processo estava a faltar mobilização firme, uma posição institucional forte por parte da Câmara Municipal de Sintra (CMS) de apoio às tomadas de posição das JFs, as quais eram de enaltecer, mas que não teriam certamente a mesma força se a CMS não se juntasse a estes protestos e a esta causa. Defendeu que, tal como já tinham falado, as juntas e a Câmara Municipal deveriam na medida do possível retirar o dinheiro que tinham na CGD; reiterando que seria muito mais importante se a CMS tivesse a mesma intenção e a mesma vontade de se juntar a todos nesta luta, pois não era aceitável que uma freguesia com uma elevada densidade populacional (só em Monte Abraão eram mais de 20 mil habitantes) ficasse sem uma dependência da CGD, um serviço público de que a freguesia necessitava. Salientou que a CGD tinha a responsabilidade de prestar um serviço público muito mais do que fazer a gestão de lucros. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU que começou por apresentar os seus cumprimentos aos presentes e aos que acompanhavam a sessão online. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Revelou que a sua bancada apoiava a luta em curso pela manutenção do Balcão da CGD, tal como já anteriormente tinha defendido os serviços bancários de proximidade; salientando que todas as ações com esse fim mereciam a sua solidariedade e a sua participação ativa. Felicitou o executivo pelas ações já desenvolvidas e a AF por esta moção elaborada conjuntamente. -----

Disse que neste processo só lamentava que as forças políticas não tivessem sido contactadas anteriormente para ajudar com a petição e que a entrega e manifestação ocorrida nesse dia tenham sido apenas determinadas em conjunto com a freguesia de Aigualva Mira Sintra. -----

Referiu que havia questões de diferença política que, como era óbvio, não tinham sido incluídas na Moção, uma vez que o pretendido era ter uma Moção mais forte e com unanimidade. Fez questão de as expor nesta intervenção, procedendo ao enquadramento de fundo deste processo. Defendeu que a questão da reestruturação da CGD integrava-se numa estratégia de liberalização do setor bancário imposta pela União Europeia sobre a “financeirização” das economias (ouvindo-se falar muitas vezes da dívida e da especulação), mas favorecia também a concentração de uma nova pista bancária a nível supranacional (dos Estados) aplicada pelo arco PS, PSD e CDS (sistematicamente representados no poder e na administração destas grandes empresas, públicas ou privadas). -----

Referiu que a CDU se tinha insurgido contra a investidura de Paulo Macedo (o atual Presidente do Conselho de Administração) e a estratégia por si delineada. Recordou que Paulo Macedo tinha no seu currículo ter sido apontado pelo governo do PS-António Costa, mas que anteriormente fora Ministro da Saúde do governo PSD/CDS de Passos Coelho, tendo deixado o SNS num bonito estado, como mostravam as dificuldades que agora se estavam a atravessar com a Pandemia. -----

Afirmou que estar na oposição, permitia-lhe defender com coerência os serviços às populações. Recordou por exemplo, uma outra luta, a quando da Moção apresentada a 30 de abril de 2013 na Assembleia de Freguesia de Massamá contra o encerramento dos postos dos CTT, referindo que sendo uma situação análoga à presente, na altura tinha tido o voto contra do PSD e do CDS e a abstenção do PS. Lembrou que diziam que o CTT tinha de emagrecer e via-se agora o serviço que prestava: não estando sequer a cumprir os parâmetros do contrato de concessão. Salientou que tinha sido referido que a questão era sobretudo relativa ao interior do país, no entanto, tinha sido encerrado um posto em Belas. -----

Por fim, afirmou que tinha ficado bem expresso na Moção a recusa em fazer das freguesias um interposto comercial ou uma repartição de outros serviços, ou seja, a instalação de multibancos ou a cedência de recursos. Reiterou a condenação por parte da sua bancada (recorrendo novamente ao exemplo anterior, onde a junta tinha assumido no seu posto local os serviços postais dos CTT, em Belas e Massamá Norte) e apelou ao executivo que não cedesse no caso do encerramento do Balcão da CGD. -----

Apresentadas as divergências políticas, afirmou que a sua bancada continuaria a divulgá-las, mas que contava também com a unidade das forças ali presentes para contrariar a intenção da CGD; pelo que achava que deveria haver um seguimento para a luta, a petição continuaria a ser assinada na internet e que se continuar a incentivar a participação. Disse admitir que ainda não se estivesse na internet. Defendeu que o



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

próprio site da junta a poderia publicar; sugeriu a recolha de assinaturas nas ruas e o envolvimento do movimento associativo para uma recolha ativa junto dos seus sócios; recordando que outra hipótese era a recolha em cafés e junto do comércio local. -----

Por fim, propôs à AF que a Moção a aprovar fosse entregue na Agência de Monte Abraão sobre a forma de uma Manifestação de Protesto aberta à população onde a Moção pudesse ser lida e saudada, respeitando as medidas de segurança em vigor, o que seria um momento muito valioso para transmitir à administração da Caixa e também à tutela o repúdio institucional e popular. Concluiu, afirmando que no entender da sua bancada não se podia deixar cair o Movimento sob pena de perdermos a luta. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Fernandes da Bancada do CDS que apresentou os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. --

Relativamente ao tema da Moção, começou por dizer que o CDS, obviamente, só poderia apoiar a iniciativa da junta e saudá-la pelo que tinha feito, sublinhando a importância desta situação para o interesse da freguesia e de todos os que ali habitavam trabalhavam e estudavam. -----

No que se referia à questão política, afirmou que era importante que se dissesse que em termos de política seguida pela CGD em relação aos encerramentos de algumas agências pelo país fora (que vinha a acompanhar por questões de proximidade com autarcas de outros sítios), os motivos eram discutíveis e diferenciados. -----

Sublinhou achar que não era de muito bom tom que se estivesse a lamentar que o Presidente (Dr. Paulo Macedo), o qual tinha sido membro do governo CDS/PSD, fosse apontado como o causador de tudo. -

Defendeu que de facto havia questões que tinham de ser equacionadas e que se tinha de entrar num diálogo, pelo que achava que não era a altura propícia para se apontar o dedo a quem quer que fosse. -----

Destacou a importância da nossa condição europeia, sob o ponto de vista económico, já que se falava no contexto europeu e na estratégia para o desenvolvimento económico que a União Europeia (EU) vinha a desenvolver (salientando que o Partido Democrata Cristão e outros partidos tinham defendido a integração de Portugal desde a primeira hora, de que o Dr. Mário Soares tinham sido o grande impulsionador. Realçou ainda que todos sabiam bem a importância que iria ter a chamada «Bazuca Económica», a qual iria surgir para todos os países da UE, em torno da problemática da Pandemia. Perguntou então se estivéssemos isolados desta Europa, se isso seria possível, e como é que poderíamos enfrentar situações como estas que estávamos a enfrentar de maneira não só consentânea com os outros membros da EU, mas também como é que a enfrentaríamos suportados apenas na nossa economia. Recordou que já lá ia o tempo em que tínhamos o escudo, realçando que ao momento tínhamos o Euro, e felizmente estávamos dentro do contexto europeu, e era isso que era importante perceber, havendo que distinguir. -----

Reiterou que havia aqui um pressuposto muito grande: o de defender o interesse das pessoas de Massamá e Monte Abraão de acordo com a importância da CGD para esta população; salientando que outro contexto era a política económica europeia e quem liderava a CGD. Perguntou então, se tinha sido verdade

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

que o Sr. Presidente da Junta tinha sido recebido por alguém próximo da Administração da CGD; acrescentando que gostaria de saber o que é que daí tinha surtido. Salientou que não estava minimamente interessado em defender quem lá estivesse (da CGD), mas sim em saber o que se passara; afirmando que o CDS iria assumir uma posição ao lado do Sr. Presidente, na luta para a resolução da situação e até para a melhorar. -----

Concluiu, realçando a importância de como autarcas se unirem em torno desta causa e saberem distinguir entre as duas coisas, deixando para outros fóruns a discussão macroeconómica das linhas estratégicas da economia de Portugal. -----

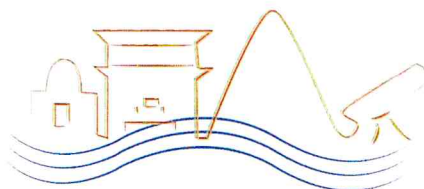
O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás). Começou por dizer que bem sabia que nas Moções o Executivo não participava, mas que dado o tema e os acontecimentos do dia, parecia-lhe pertinente partilhar com a assembleia algumas ideias. -----

Sublinhou que nas reuniões com as forças políticas e os Vogais independentes fora questionado sobre as ações desenvolvidas relativamente ao encerramento da Agência da CGD e que era bom de ver que a AF colocava de lado as questões políticas e que se unia em torno da defesa da comunidade; realçando que esta era uma ação da comunidade na defesa dos seus interesses na qual a junta estava obviamente empenhada.

Contou ainda que, assim que o executivo tomou conhecimento, lançou um comunicado e fez uma petição online, solicitou aos Srs. Vogais que a subscrevessem e a partilhassem. Deu nota de que tinham estado seis dias instalados ao lado das instalações da CGD para que todo e qualquer cidadão se pudesse manifestar assinando a petição. -----

Informou que tinham sido recolhidas mil assinaturas e que nesse mesmo dia tinham sido entregues 1500 assinaturas (entre a petição e as recolhidas) e que tinham levado a cabo uma ação conjunta com Agualva-Mira Sintra, levando um grupo de cidadãos até à sede da CGD em Lisboa, respeitando as normas de segurança dos autocarros. Explicou que lá chegados, foram informados de que alguém da CGD os iria receber, pelo que tinham ficado satisfeitos por terem oportunidade de conversar com um responsável da CGD. Deu nota que a reunião decorreu com um diretor mandatado pela administração e que o que lhes fora transmitido tinham sido os critérios subjacentes ao encerramento das nove agências que seriam encerradas até ao final do ano.

Disse então que esses critérios poderiam ser considerados válidos sob o ponto de vista da gestão, do exercício económico-financeiro; defendendo que sob o ponto de vista social e do que representavam para a comunidade não o eram. Explicou que um primeiro critério estava relacionado com o nível de cobertura, pois a CGD entendia que olhando para o mapeamento no território, se num raio de 5 Km houvesse outra agência, essa agência seria a pré-selecionada de encerramento; e que o segundo critério se referia à rentabilidade da agência numa lógica meramente financeira e economicista; esquecendo-se a CGD que tendo uma matriz pública e que deveria ter uma proximidade com as comunidades, olhar para tal como elemento diferenciador no difícil mercado financeiro com um conjunto de regras e obrigações. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão



Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Salientou que pelo que lhe tinha sido transmitido a dimensão social não tinha sido de todo valorizada. Recordou que já antes da pandemia as pessoas faziam fila para entrarem na agência, o que se tinha agudizado com a mesma. Deu nota que também haviam manifestado a sua preocupação relativamente à dimensão sanitária, pois o que a Caixa iria fazer era colocar os seus clientes nas agências mais próximas, pelo que iria sobrecarregar esses balcões. -----

Defendeu que apesar de a CGD ter um conjunto de regras a cumprir até ao final do ano, as circunstâncias em que esse plano de reestruturação fora feito eram manifestamente diferentes daquelas que se viviam atualmente; acrescentando que todas as instituições se tinham adaptado e inclusive adiado alguns projetos e ideias para poderem dar uma resposta mais segura à gestão da Pandemia, pelo que tinham transmitido também esta preocupação. Deu nota que a resposta fora sempre numa perspetiva de gestão e de cumprimento do programa de reestruturação (25% de redução dos balcões). -----

Informou que as JFs iriam interpor uma providência cautelar junto da CGD no sentido de tentar evitar o encerramento também por esta via; acrescentando que se nada se alterasse iria propor (o que já tinha manifestado) que as contas à ordem que a JF tinha na CGD fossem transferidas para outra instituição, como sinal de repleto repúdio pela decisão. -----

Deu nota que nessa tarde tinham tido uma audiência na Comissão de Orçamento e Finanças e solicitado audiências aos grupos parlamentares; que tinham estado com alguns, sendo que com outros não tinha sido possível por razões de agenda; pois a discussão sobre o orçamento ainda estava a finalizar. -----

Informou que na Comissão de Orçamento e Finanças expressaram os seus motivos e tinham sentido solidariedade para com as ações e a tomada de posição por parte de todos os partidos; acrescentando saber que alguns partidos já teriam questionado o governo no sentido de perceber com que base tinham sido tomadas estas decisões e o que é que poderia ser feito para as alterar, pois era a Comissão que intervinha diretamente com o Ministério das Finanças, a tutela da CGD. -----

Concluiu, afirmando que vinha a ser esta a luta, a luta da comunidade, da freguesia, de todos; acrescentando que, se nada se viesse a alterar, a data que a CGD tinha prevista para o encerramento dos balcões era 22 de dezembro. Reiterou que se após as diligências nada se alterasse, iria propor ao executivo a retirada das contas da CGD. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) disse então que este era um exemplo de ação que devíamos ter como exemplo em muitos outros aspetos da nossa vida. Seguidamente, **deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU**, referindo que já havia decorrido 35 minutos do Período Antes da Ordem do Dia e que, como regimentado, este período seria de uma hora, após o que passaria à Ordem do Dia. -----

Tomou a palavra o Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU. Relativamente interposição de uma providência cautelar, perguntou quais seriam os seus fundamentos e que custos estariam associados, pois

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

não estava muito convencido que pudesse ser bem-sucedida pois legalmente a CGD tinha condições para fazer o que estava a fazer. Felicitou o Executivo pelos esforços desenvolvidos e pelas reuniões desenvolvidas, nomeadamente com os grupos parlamentares, pois achava que era no plano político que se podia travar a luta. Tendo em conta a data prevista para o encerramento, propôs que fosse feita uma concentração no dia 21 ou 22 próximo para a apresentação da Moção que iria ali ser aprovada. -----

Em resposta o **Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás)** disse que, apesar de ter consciência que a tomada de decisão era totalmente legal e no âmbito da gestão da administração da CGD, a base de sustentação da providência cautelar seria numa perspetiva de preservar os direitos dos cidadãos, nomeadamente: o direito à saúde (contextualizando a questão da Pandemia), falando de uma população que pertencia aos grupos de risco, por um lado; e também o que estava expresso nos estatutos da CGD como serviço público (uma instituição pública) e, portanto, o direito do cidadão ao acesso ao serviço financeiro universal, que encerrado que fosse o balcão, ficariam apenas os serviços automáticos (multibanco e caixas automáticas). Defendeu que o serviço público não podia ficar resumido a serviços automáticos. Destacou o facto de que as instalações pertencerem à CGD, cuja intenção era vendê-las e, portanto, mais tarde ou mais cedo também esse serviço desapareceria. -----

Concluiu, afirmando que seria com base nesta linha de pensamento que seria interposta a ação conjunta para, também por esta via, tentar impedir o encerramento das agências. -----

Relativamente à proposta do Vogal disse não ter nada contra, mas que ver-se-ia se por parte da gerência se haveria essa disponibilidade, pois vinha a remeter sempre para os seus superiores hierárquicos. -----

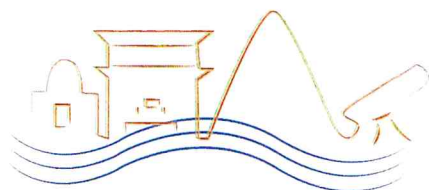
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Moção Conjunta «Contra o Encerramento da Agência da CGD de Queluz Ocidental» (ANEXO I). -----

Votação: 21 Votos a FAVOR. -----

A Moção Conjunta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a discussão à Moção «Suplemento por Trabalho em condições de Penosidade e insalubridade» apresentada pela Bancada da CDU dando a palavra ao Sr. Vogal José Coelho para proceder à leitura da mesma. Salientou a necessidade da leitura da Moção para que todos os que estivessem a assistir online pudessem tomar conhecimento do documento em discussão. -----

Tomou a palavra o Vogal José Coelho da Bancada da CDU que começou por cumprimentar todos os presentes e os que estavam a assistir em direto. Referiu que não tinha ali a Moção, mas que iria explicar o teor da mesma. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão



Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Explicou então que a Moção sobre «Suplemento por Trabalho em Condições de Penosidade e Insalubridade» vinha em sequência de uma outra que tinha sido aprovada numa assembleia anterior, correspondendo a uma luta que vinha já a ser desenvolvida pela sua bancada pelo menos há 20 anos e que só no Orçamento de Estado (OE) para 2021 se tinha conseguido a sua consagração. Recordou que este irrestringível trabalho de penosidade e insalubridade, abrangia no caso da nossa freguesia, os trabalhadores que estavam a proceder à recolha dos monos. -----

Disse ainda que cabia às autarquias determinar o suplemento dos seus trabalhadores, com um teto máximo de 15%, via OE 2021. Recordou que num salário mensal entre 650 e 700 euros brutos, estava-se a falar de cerca de mais de 100 euros, o que considerou ser um acréscimo muito relevante. Defendeu ainda que, no entender da CDU, deveriam ser também abrangidas outras condições de risco, como era o caso dos trabalhadores da nossa autarquia que prestavam serviço de atendimento público nesta situação da Pandemia, mas que tal não tinha sido possível neste OE. -----

Concluiu, dizendo que em suma, cabia à JF aplicar este suplemento e era esse o apelo da Moção. Deu nota que na CMS a proposta tinha sido acolhida por unanimidade com o compromisso de entrar em vigor já em janeiro de 2021. Apelou a que não se ficasse para trás e se reconhecesse o valor dos trabalhadores desta freguesia e do serviço que prestavam especialmente nestes tempos complicados. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal David Silva da Bancada do PS. -----

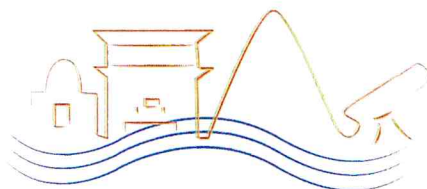
Relativamente a esta Moção defendeu que o atual executivo (PS) sempre tinha tomado a postura de valorizar os seus recursos humanos, desde logo com a aplicação do SIADAP (Sistema de Avaliação de desempenho para a Administração Pública); com medidas de reforço dos meios. Esclareceu que relativamente à Moção, a sua bancada nada tinha a objetar, mas que achava que relativamente à forma (dado o critério de aumento das despesas) deveria ser apresentada como Recomendação, não como Moção, pelo que deixaria ao critério dos proponentes. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) questionou a bancada da CDU relativamente ao proposto. O Sr. Vogal José Coelho disse que a CDU aceitava a passagem a Recomendação. -----

Tendo os proponentes aceite, o **Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação a Recomendação apresentada pela Bancada da CDU «Suplemento por Trabalho em condições de Penosidade e insalubridade» Independentes (Anexo II):** -----

Votação: 21 Votos a FAVOR -----

A Recomendação apresentada pela Bancada da CDU foi APROVADA por UNANIMIDADE-----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha que referiu ter três questões a colocar antes de se passar à OT. -----

Começou por dizer que uma delas, pelo que ali tinha sido dito merecia consideração. Relativamente ao Domingão disse compreender que fizessem perguntas e não achava correto fazerem-se ali comentários e juízos de valor sobre quem as fazia. Afirmou ainda que era normal que se fizesse essa pergunta, pois, se se fosse ao portal BASE, não existia tal contrato. -----

Ao que o Sr. Presidente do Executivo respondeu que não era preciso, estava abaixo do valor. -----

Reiterou que era normal que as pessoas quisessem esse esclarecimento. Deu nota que a sua bancada iria enviar um requerimento pois pretendia esclarecimentos que entendia como necessários e importantes porque, apesar da iniciativa ter sido muito valorizada pelo executivo e nomeadamente pelo Sr. Presidente, achava que tinha sido uma ação de campanha; salientando que o dito se baseava muito na demagogia. Afirmou que o carro tinha passado e que muitos problemas tinham ficado e que alguns, se calhar, até podiam ter sido resolvidos com aquele dinheiro. -----

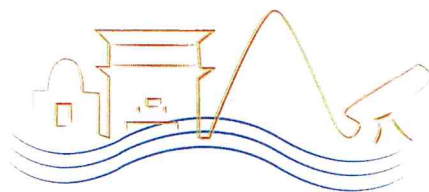
Questionou então o Sr. Presidente sobre a iluminação do Natal que tinha estado apagada até ao dia anterior. Recordou que pelo terceiro ano consecutivo havia problemas; no ano anterior tinha sido um problema com a empresa, este ano devia ser com a EDP e, entretanto, tinham-se gastado 20 mil euros. Salientando que mais uma vez a culpa iria morrer solteira, mas fosse de quem fosse a culpa, a JF tinha de apurar responsabilidades e ser ressarcida desse valor. -----

Por fim, em relação à Feira, disse querer saber por que razão é que, há uns meses a esta parte, os Bombeiros Voluntários de Queluz (BVQ) já não estavam nas entradas da Feira a garantir o cumprimento necessário e efetivo do Plano de Contingência, pois pensava que não seria uma companhia de segurança contratada que iria garantir o seu cumprimento de forma mais efetiva. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) recordando que faltavam nove minutos para terminar o período da Ordem do Dia deu a palavra à Sra. Vogal Maria de Sousa da Bancada do PS, apelando para que fosse objetiva pois ainda teria de dar o direito de resposta ao Sr. Presidente. -----

Após apresentar os seus cumprimentos, relativamente ao Domingão, disse que achava que era importante perceber que se estava a falar de algo que tinha sido feito para uma comunidade e que se tinha de ter em conta a opinião da maioria. Afirmou que tinha podido constatar a felicidade de várias pessoas, de centenas de pessoas, nomeadamente tinha visto alegria nas carinhas das crianças e dos idosos, pois quisesse-se ou não tinha sido um momento diferente; salientando que não se recordava de alguma vez ter visto algo semelhante na freguesia. Disse ainda que tinha auscultado várias pessoas e que, além de não se recordarem de algum evento igual, tinham sido unânimes em dizer que tinha sido uma excelente iniciativa. -----

Defendeu que não se devia gorar aquilo que era feito para bem da comunidade lá porque não se achava grande graça; salientando que as coisas quando eram feitas, eram-no para um todo, e, portanto, deviam ser valorizadas. Disse lamentar que se «malhasse» em alguém porque fazia algo de bom;



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

W

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

argumentando que lamentável era também pensar-se que quando as pessoas não faziam era porque não queriam saber da comunidade e quando faziam era porque estavam em ação de campanha. Dirigindo-se aos vogais, disse que tinham de se decidir porque assim ninguém queria fazer nada. Defendeu que não se podia desmotivar quem promovia ações em prol da comunidade, em prol dos fregueses; reiterando que houve pessoas beneficiadas sem qualquer sombra de dúvida, pois grande parte dos fregueses tinham valorizado e que se deviam focar no bem feito e levado a essas pessoas. Afirmou achar que esse valor tinha sido muito bem gasto porque teve como objetivo o bem-estar e a saúde mental das pessoas. Afirmou achar que não tinham a real consciência dos estados mentais que esta Pandemia estava a trazer à população, recordando que havia adolescentes privados da sua vida social, o que impactava na saúde metal da população. Defendeu que eram pequenos momentos como estes **(O Sr. Presidente da Mesa solicitou à Vogal que terminasse a sua intervenção)** que melhoravam um pouco a vida das pessoas pelo que eram de valorizar e, portanto, a sua bancada valorizava. -----

Apelando ao poder de síntese dos Senhores Vogais, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha. -----

Começou por afirmar que não era aquela resposta que queria ouvir pois tratava-se de prioridades. Disse então que para além de nunca ter criticado o facto de se ter feito e assumir que existia algum mérito na campanha feita, gostaria de recordar que quem primeiro ali tinha falado em campanha eleitoral não tinha sido ele, pelo que se aceitavam ou diziam que os outros estavam em campanha também teriam de aceitar que os vogais independentes dissessem o mesmo. -----

Salientou que relativamente à questão, iriam enviar um requerimento, pois era-lhes conferido esse direito, e o que queria e tinha perguntado era pelo contrato. Reiterou que não era por causa dos sorrisos de alguns nessa tarde, mas por todos os outros que não sorriem o resto dos dias quando veem lixo nas ruas e «n» problemas na freguesia. Defendeu que a prioridade deveria ser mais concentrada na resolução de problemas muito graves e atuar de forma mais permanente; acrescentando que, se calhar, não teríamos tanto comércio local a ser fechado. Disse ainda que, todavia, era uma opção política e por isso aceitável, mas criticável. -----

Afirmou que não era o fazer ou deixar de fazer, mas sim o momento em que era feito e o momento que se vivia a sua posição; acrescentando que, se o executivo achava que era uma prioridade, era-o para si, mas não para os vogais independentes e como tal reiteravam a sua tomada de posição crítica relativamente ao evento. **(O Sr. Presidente da Mesa informou o Sr. Vogal que o seu tempo tinha terminado).** -----

Concluiu, afirmando que tinha de haver coragem política para questionar o que era feito, e que o fazia de forma séria e responsável. Reiterando que o que fora visto tinha sido um Programa que tinha passado, dado alguns minutos de alegria às pessoas, mas que o camião tinha passado e os problemas ficado. Recordou que os 5 mil euros, não tinham resolvido as questões de saúde mental, uma questão muito importante e que haveria certamente outras ações mais importantes a desenvolver nesse âmbito, com esses

4

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

5 mil euros. Terminou, perguntando se era essa a prioridade e afirmando que para a sua bancada não seria.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Fernandes da Bancada do CDS que começou por dizer que não iria falar sobre o Domingo, que achava que por todo o país onde passava deixava um sinónimo de alegria (independentemente de ser ou não campanha política direta ou indireta), que tinha sido bom, tinha divertido e satisfeito muita gente e, portanto, tinha sido interessante. Concordou que existiam problemas na freguesia e que os que ali estavam eram os principais responsáveis por enfrentá-los e arranjar soluções. -----

Perguntou então, relativamente à Feira e aos vendedores que proliferavam em torno dela, se a Polícia municipal atuava, como é que era feito o controlo e se a delimitação da entrada na Feira estava de facto a observar-se. -----

Por último, lamentou o facto do dia «25 de Novembro» ter passado praticamente despercebido, recordando que tinha sido uma data importante para a democracia e que deveria ser lembrada até junto dos mais novos, pelo que reforçava a importância da necessidade de celebrar este acontecimento. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás). -----

Relativamente à Feira, garantiu que era segura e que eram cumpridas religiosamente as recomendações da DGS, nomeadamente o limite de pessoas no recinto, e por essa razão é que havia filas. No que se referia aos vendedores ambulantes, lembrou que era uma questão muito antiga e que o que faziam era comunicar à PSP tudo o que de bom e menos bom ia sucedendo e, sempre que eram feitos relatórios finais, era colocada a questão da venda ambulante. Disse saber que a maior ou menor proatividade resultava das equipas que estavam a fazer o gratificado; dando nota que já vinham a conversar com a PM e com a PSP no sentido de realizar uma ação um pouco mais musculada (sob o ponto de vista dos efetivos) na tentativa de eliminar a venda ambulante. No que se referia aos BVQ já não estarem a colaborar com a JF, explicou que se prendia com o facto de a seguir ao verão os bombeiros reduzirem o seu corpo, pois os estagiários regressavam às escolas e às suas atividades, pelo que essa função tinha passado a ser desempenhada pela equipa que fazia o controlo de acesso, o controlo da temperatura, assegurando o protocolo definido pelos bombeiros de acordo com o Plano de Contingência em vigor. -----

No que dizia respeito à iluminação de Natal assumiu que efetivamente era uma matéria em que a JF não vinha a ter grande sorte. Esclareceu que no presente ano havia um culpado, a EDP, pois esta tinha migrado a plataforma de gestão que integrava os diferentes fornecedores, tendo esta estado parada durante 15 dias, não conseguindo despachar as ordens de serviços, o que levou mais 15 dias a atualizar e implicou o atraso de 1 mês na ligação. Salientou que a montagem da iluminação tinha sido feita de acordo com o caderno de encargos e a expectativa era proceder à ligação na mesma altura. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Quanto ao tema do Domingão, disse que este era feito do Norte ao Sul do país e que todos os autarcas que tomavam a decisão de ter um Domingão ou outro (pois não era a única estação televisiva que tinha programas desta natureza) entendiam que eram de facto ferramentas importantes para as comunidades que visavam alegrar, dinamizar e tirar o foco do pensamento no momento que se vivia. Afirmou que, como era óbvio, não escondia os problemas, mas que era um discurso demagógico dizer que uma ferramenta desta natureza era prescindível. Salientou que nada tinha faltado em 2020 em resposta à Covid, esclarecendo que para tal tinham sido gastos 80 mil euros em diferentes áreas e matérias. Argumentou que lá por ter sido levado a cabo o Domingão, não tinha havido falta de ferramentas para ajudar quem mais precisasse, para adaptar as que existiam se necessário por forma a responder à Pandemia. Reiterou que no Domingão tinham sido gastos 5 mil euros. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) informou que O Período Antes da Ordem do Dia já decorria há uma hora e nove minutos, sendo que o tempo Regimental previsto era de uma hora. Recordou que a Ordem de Trabalhos era extensa e que havia um horário a cumprir. Disse então que, após os Vogais inscritos se terem pronunciado e o Sr. Presidente ter respondido, iria dar como encerrada a inscrição pois o período para tal já fora excedido. Recordou que no dia 2 de dezembro tinha referido que iria ter muito cuidado em observar o Regimento. -----

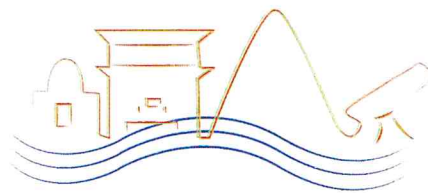
O Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha interveio, dizendo que, se tivesse muito cuidado, não teria deixado falar o Sr. Presidente do Executivo, pois o período de tempo previsto já havia sido ultrapassado em seis minutos. Referiu que precisava de trinta segundos. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) salientou que fora interrompido e deu por aberto o PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS, ao que o Sr. Vogal Carlos Saldanha perguntou se o Sr. Presidente não lhe conferia o uso da palavra. -----

Não tendo a Mesa acedido ao pedido de intervenção, invocando que estava excedido o tempo regimentado, **o Sr. Vogal informou que iria apresentar um Protesto Formal.** -----

Após insistência por parte do Sr. Vogal, o Sr. Presidente da Mesa (Manuel Lourenço Marques) relembrou que a 2 de dezembro o Vogal recebera a orientação de gestão dos tempos para os trabalhos da presente sessão. **Tendo o Sr. Vogal insistido no uso da palavra, o Sr. Presidente** recordou que não lhe tinha permitido intervir, ao que o Sr. Vogal respondeu que percebia como funcionavam ali as coisas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu a Ordem de Trabalhos, dando nota que não tinha nada a referir. Questionou o Executivo se tinha alguma informação que desejasse prestar. Não tendo o Executivo nada a acrescentar, passou a perguntar ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Brás) se queria reformular alguns pontos da OT. -----

O Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) propôs que, com a concordância dos vogais da AF, e dada a ligação entre os pontos, fossem discutidos em conjunto que os Pontos 2, 3, 4 e 8 e depois votados em separado. -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) questionou os vogais da assembleia sobre a admissibilidade da proposta apresentada pelo Sr. Presidente do Executivo. Não tendo havido oposição, abriu a discussão aos Pontos: -----

2. Apreciação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021;

3. Apreciação, discussão e votação referente à Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----

4. Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2021; e -----

8. Apreciação, discussão e votação referente à Autorização específica para a abertura de concurso público para aquisição de serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Ajardinados na União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás). -----

Salientou que o Orçamento correspondia ao último do mandato, contudo não era um Orçamento qualquer. Afirmou que o tempo que se vivia exigia de todos os eleitos uma responsabilidade acrescida sobre a forma como eram propostas e votadas as ferramentas financeiras em prol da comunidade. Recordou que para além da crise sanitária se assistia a uma crise social e económica que obrigava este executivo a criar um orçamento que obedecesse a princípios fundamentais: o rigor e o compromisso; pois era necessário executar gestão financeira controlada sem pôr em causa os compromissos assumidos. -----

Reiterou que os compromissos assentavam na valorização da economia local, das pessoas, e do território. Afirmou que, todavia, o orçamento assumia um elevado grau de imprevisibilidade e de incerteza face à situação que se vivia; desde logo do lado da receita, onde se relevava a diminuição de cerca de 5 a 6% (global) cuja causa principal era a queda de receita própria na ordem de 11% face ao ano anterior, seguindo a tendência desde março de 2020, como fruto do confinamento e suspensão de atividades e isenção de taxas (algumas delas manter-se-iam em 2021); no sentido inverso via-se que as receitas consignadas e as transferências de competências resultavam num aumento de 4%, contribuindo para tal o reforço da limpeza urbana, nomeadamente a recolha do lixo volumoso. Disse ainda que o executivo acreditava que os serviços de proximidade deviam ser executados pelas JF e por isso esperava e desejava que mais competências viessem a ser transferidas por forma a valorizar o território. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Quanto à Despesa, não deixou de reforçar a intervenção comunitária, bem como promover junto da comunidade o investimento municipal necessário para a melhoria da qualidade de vida dos fregueses; acrescentando que o aumento na educação e na intervenção comunitária seria reforçado para continuar a apoiar as famílias e as pessoas que tinham visto a Pandemia trazer-lhes novos desafios: -----

– Aumentando em 75% a dotação referente à aquisição de bens alimentares para a Mercearia Solidária; -----

– Mantendo a cooperação com as entidades locais, CMS e parceiros sociais, com vista a uma resposta social integrada; -----

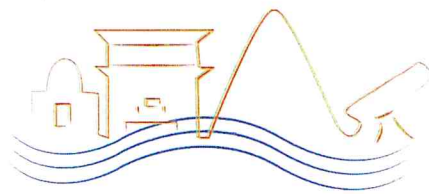
– Reforçando o Programa Operacional com vista à inclusão de mais pessoas, tendo sido já iniciado em 2020, o que constava no Relatório Trimestral, contando já com 567 pessoas; o que demonstrava bem que a intervenção comunitária seria sempre uma prioridade para o executivo; -----

– Dando continuidade ao processo de desmaterialização da gestão interna dos processos sociais para tornar mais célere e eficaz as respostas e os atendimentos sociais e contribuir que os recursos fossem despendidos no encontro de respostas e soluções de forma mais objetiva; -----

– Assumindo o compromisso de integrar no orçamento uma proposta proveniente do OP 2020: (salientando que, aliás, fora sempre o espírito e a forma de estar deste executivo ao longo dos anos a acomodação de algumas propostas provenientes da sociedade civil organizada, das forças políticas e de qualquer cidadão) o desenvolvimento em parceria com o proponente de Bolsas de Mérito para alunos que terminem o seu percurso escolar com uma média elevada, valorizando deste modo o esforço e o empenho bem como o estímulo para que o sucesso escolar seja cada vez melhor; -----

– Fomentando a participação cívica e ativa da comunidade (um dos eixos que o executivo pretendia continuar a apostar) com o lançamento de nova Edição do Orçamento Participativo (OP), do OP Jovem, bem como a disponibilização das restantes ferramentas já existentes ao dispor da população no sentido de se ter uma comunidade mais participativa e mais informada. -----

Realçou que a Intervenção Comunitária se fazia de assistencialismo, respostas sociais adequadas de apoios às associações e instituições, da concretização da democracia participativa, mas também da valorização da economia local. Recordou que o tecido empresarial formado pelas pequenas e médias empresas vinha a sofrer bastante pelo que eram importantes as medidas de apoio tomadas pelo governo, CMS e JF; as quais vinham a contribuir também para que os negócios e os postos de trabalho se mantivessem. Salientou que para 2021 teriam ainda mais uma ferramenta ao dispor, lançada ainda em 2020: o *site* dedicado ao Cartão Freguês, que viria a permitir estimular e ligar cada vez mais o cidadão ao comércio. Deu nota que se vinha a verificar uma maior procura por parte dos cidadãos e dos próprios comerciantes. Afirmou que a JF estaria ainda muito atenta às necessidades de reforço e estímulo ao consumo na nossa comunidade, caso se fizesse sentir e avaliando sempre as disponibilidades, seriam lançadas iniciativas como «Compre na Freguesia» ou o Programa de Apoio à Economia Local (em outros contextos). -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente à cultura, disse que o formato que existia para a realização de algumas atividades culturais e recreativas tinha de ser revisto e, nesse sentido, a exemplo do que já tinha sido feito recentemente com o Domingão e com o Conto de Natal, ter-se-ia de procurar alternativas para a dinamização cultural, adaptando e respeitando as normas e recomendações. -----

Disse então que, assim, além das atividades de conservação e manutenção dos espaços verdes, do espaço público, do parque escolar e dos recintos desportivos e recreativos, o executivo pretendia modernizar alguns investimentos importantes que vinha a ser trabalhados em colaboração direta com o município, nomeadamente: o reperfilamento da Av. Capitão Gomes Rocha, a requalificação da Rua Direita de Massamá e a construção do Parque Inclusivo. Relativamente ao plano de recuperação de vias que todos os anos se materializava iria permitir também intervir em diversas artérias para a melhoria das condições de circulação rodoviária e pedonal. -----

Afirmou que o orçamento em discussão estava também marcado por outros aspetos relevantes: dotar a freguesia de mais recursos humanos no sentido de dar respostas às necessidades e às iniciativas promovidas pela junta, bem como, diversificar a oferta existente no território, permitindo alargar as respostas através da exploração dos espaços na freguesia. -----

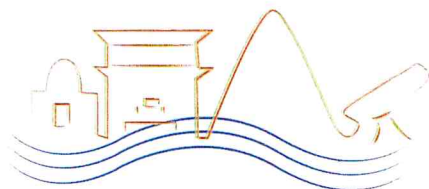
Concluiu, afirmando que o documento em apreciação e votação era muito mais do que um exercício financeiro. Saliu que os números inscritos no orçamento representavam um caminho pensado para a valorização das pessoas, da economia local e do território. Disse esperar que este orçamento pudesse ser aprovado com ampla base de consenso para o bem do território e da população. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal José Coelho da Bancada da CDU. -----

Começou por esclarecer que na sua intervenção anterior, não tinha tirado a máscara, não porque tivesse algum receio, mas sim pela influência de se andar sempre com ela. -----

Relativamente às Opções do Plano, defendeu que elas continuavam a traduzir aquilo que a sua bancada já vinha a criticar em anos anteriores: uma excessiva dependência de externalização de serviços, o quadro de pessoal continuava a responder apenas aos protocolos. -----

Solicitou então esclarecimentos relativamente a alguns pontos que considerou que não estavam muito claros. Relativamente ao Protocolo de Conservação e Manutenção das escolas salientou que se verificava uma redução nas verbas protocoladas em relação ao ano anterior (sendo que a verba inscrita no presente era de 55 393€), tendo sido de 96 000€ no ano anterior. Em relação aos últimos documentos do ano 2021, disse que somando as verbas todas da manutenção das escolas se verificava que ultrapassava os 90 000€, pelo que havia uma parte das verbas que não apareciam nos protocolos, mas que estavam integradas nessa rubrica. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

57

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Pedi ainda esclarecimento sobre uma verba de receita de 22 000€, apresentada na página 15, em venda de equipamentos, dizendo que a sua bancada gostaria de saber quais eram os equipamentos que estavam para ser vendidos. -----

Relativamente à forma como no orçamento apareciam as verbas atribuídas às Associações, referiu que era pouco claro, pois era apenas apresentado um valor global (recordou que anteriormente, sem o Regulamento do Associativismo, as verbas a atribuir a cada uma delas vinham já discriminadas). Sugeriu ao executivo que, depois de aprovado o referido Regulamento, e aquando da execução do mesmo, que houvesse um esclarecimento à AF de como e a quem tinham sido atribuídas as verbas. -----

Levantou mais uma vez a questão já levantada no ano anterior relativamente a receitas em atividades que a sua bancada achava que deviam ser desenvolvidas pela autarquia no sentido de beneficiar os moradores e não como atividades para obtenção de receitas. Salientou que, por exemplo, no presente orçamento verificava-se que as verbas atribuídas à Universidade Sénior (US) de receita eram 36 000€ (página 14) e depois quando se ia ver as despesas indexadas (embora pudesse considerar que algumas verbas não estavam ali alocadas à US e estivessem alocadas noutras rubricas) só apareciam 4000€, acontecendo o mesmo com a Praia Sénior, em que a receita prevista era de 2500€ para uma despesa de 1300€. Defendeu que tanto uma atividade como a outra eram atividades que deveriam ser proporcionadas aos moradores das nossas freguesias, em particular àqueles que tinham mais dificuldades e, portanto, não fazia sentido absolutamente nenhum a JF estar a fazer receita. Relembrou que bastaria pensar que a US tinha sido criada no sentido de possibilitar aos fregueses que tinham começado uma atividade laboral em idade muito jovem (pois muitos deles nem tinha feito um percurso escolar) usufruírem agora de outras perspetivas e até da possibilidade de realizarem outros gostos e que pudessem agora fazer outros estudos; portanto, não era para ter lucro. -----

Quanto aos Espaços Verdes, alertou para o facto de que havia uma verba bastante mais elevada a ser protocolada para ser colocada em concurso para externalizar, isto relativamente ao ponto 2. -----

Quanto ao Ponto 4 – Mapa de Pessoal, disse pensar que havia ali alguns equívocos, pois logo na primeira folha da proposta aparecia «*recrutamento de 2 (três) assistentes técnicos para o atendimento*». Disse então pensar que eram três porque no Mapa vinham 3. Realçou que havia ali um outro ponto que também devia estar errado porque se falava ali que se pretendia contratar um técnico superior para o serviço de comunicação, quando observando o Mapa o Quadro do Técnicos do Serviço de Comunicação estava preenchido, o que estava previsto era um para a educação; acrescentando que talvez fosse isso, pois havia ali lapsos, de certeza. Deu nota ainda de que a soma também não batia certa pois estavam ali 40, mas na coluna onde estava 7, devia estar 8, porque senão dava 39; portanto havia que esclarecer. -----

Em relação ao Ponto 8, referiu que era o habitual, pois era conhecida a posição da CDU: era contra a contratualização a privados de atividades que podiam ser desenvolvidas no âmbito autárquico, de uma forma mais alargada (a nível de Câmara) ou entre freguesias. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Ricardo de Oliveira da Bancada do PSD, informando-o que em termos de grelha de tempo para toda a OT o PSD tinha sete minutos. -----

Começou por apresentar os seus cumprimentos protocolares aos presentes e a todos quantos assistiam à sessão pelos meios remotos. Agradeceu ao Sr. Presidente os esclarecimentos prestados, referindo que após análise dos documentos havia algumas questões mais gerais e outras mais específicas que necessitavam de ser abordadas. -----

No que se referia à redução de receita, disse que gostaria de ver esclarecida a queda registada na rubrica de bens correntes e também de venda de bens de outra dimensão. No que se referia à redução de despesas correntes, relativamente à queda registada na rubrica de outras despesas, disse que gostaria de perceber o âmbito dos projetos e a quantia elevada dedicada à rubrica da consultadoria; especificando: a receita de bens correntes e não correntes e a despesa corrente e outras despesas correntes. Referiu que aqui começavam as questões mais específicas e também mais meritórias de atenção na sessão: a redução de custos administrativos e financeiros e, em específico, na administração e na parte financeira, pois via-se uma redução de 80 mil euros face ao ano anterior e, percebia-se que havia uma tentativa de contratação de 9 ou 8 elementos consoante a grelha que constava na Mapa de Pessoal, existindo assim um aumento de 2%. Saliu que a dúvida era: se, de facto existia a contratação de 8 ou 9 elementos e existia um ligeiro aumento, perguntava se existiriam despedimentos não justificados; acrescentando que o que tentava perceber era a questão desta variação. -----

Relativamente aos investimentos digitais e às plataformas digitais, disse que de facto representava um esforço de modernização da freguesia, o que era meritório no contexto em que nos encontrávamos, mas referiu que os gastos na rubrica da manutenção da plataforma tinham duplicado, pois tinham passado de cerca de 16 ou 18 mil para cerca de 32 mil euros. Perguntou então se este aumento considerável tinha alguma relação com as demais reformas que estavam a ser lançadas e, se sim, se se continuaria a fazer investimentos que podiam ou não ter utilidade que justificasse tal aumento. -----

Quanto ao jornal Acontece, recordou que se continuava na linha de investimento de 15 mil/14 mil euros, estando-se a falar de 80 mil exemplares anuais, o que naturalmente não era suficiente para cobrir toda a região da União das Freguesias, pelo que a pergunta era se existia alguma estratégia para aumentar a disseminação da publicação deste jornal para que este viesse a chegar a mais fregueses e cumprir o objetivo de dar a conhecer o que de facto acontecia na freguesia. -----

Recordando que o Sr. Presidente tinha referido que havia investimento na economia local e também dinamização do Cartão Freguês, também com a nova plataforma, disse que, no entanto, era importante perceber a notória diminuição de estabelecimentos aderentes, considerando que numa comunicação oficial de 2019 tinha sido publicada a existência de 240 estabelecimentos com parcerias e, ao momento, constatava-se no site e também no jornal que existiam apenas 180 estabelecimentos aderentes. Argumentou que tal seria justificável se existisse algum estudo associado ao impacto que este projeto tem na comunidade, não

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

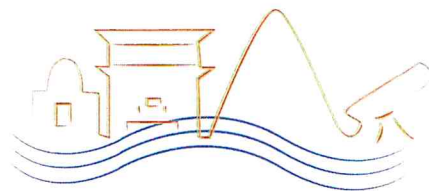
só ao nível dos comerciantes, mas também ao nível dos fregueses, uma vez que (tal como o Sr. Presidente tinha referido) havia um maior interesse por parte dos fregueses que face a estes números (ainda que superficiais) não estava refletido; defendendo que, portanto, seria importante perceber também, até pelo aumento considerável de 500€ para 1500€ face ao orçamento anterior, sem um estudo que o justificasse. --

No âmbito do orçamento participativo, disse que, tal como o Sr. Presidente tinha referido, existiam algumas propostas apresentadas e que de facto deveriam ser integradas nos projetos da UFMMA por serem abrangentes e completos no seu âmbito. Referiu que no que dizia respeito ao Projeto da Bolsa de Mérito de 1000€ não nos poderíamos esquecer que a anuidade das propinas era atualmente de 697€, o que daria para uma bolsa e meia. Recordou que este projeto tinha surgido da atual edição do OP por um proponente, o Sr. Francisco Duarte, que referia a atribuição de 57 Bolsas de Mérito aos alunos do 12º ano residentes na freguesia com média de 18 valores que transitassem para o Ensino Superior. Passou a ler a partir do site: «A proposta é excluída uma vez que a mesma carece de ter uma continuidade para além dos 18 meses previstos no âmbito do Orçamento Participativo. Assim esta proposta não cumpre com o estipulado na alínea i) “Não ultrapassem os 18 meses de execução” e j) “Sejam tecnicamente exequíveis”, do ponto 3, do artigo 11, do Capítulo III das Normas de Participação». Constatou que todos estes pontos que tinham sido usados para recusar a proposta tinham sido ultrapassados com a inclusão da mesma em sede de Orçamento da JF, mas que, no entanto, para se ultrapassar estas dificuldades existiu uma redução de 56 estudantes; salientando que para cumprir as formalidades técnicas, o executivo estava a retirar 56 estudantes do Ensino Superior aqui na freguesia. Defendeu que não se estava a integrar para melhorar, mas estava-se a integrar como uma situação de lançamento de investimento em educação ainda que em detrimento de acesso de uns para se calhar ajudar um estudante ou um estudante e meio. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) agradeceu ao Vogal e saudou-o pela sua primeira intervenção na AF. Passou a dar a palavra ao Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha.

Começou por dizer que ao ser era acusado de demagogia por falar das verbas do Domingão queria apenas salientar que o Domingão não estava no Base, mas também não estava na informação escrita do Sr. Presidente enviada para análise na presente sessão, pelo que a dúvida era sempre pertinente e importante. Disse ainda que demagogia era para si comparar o evento às verbas gastas com o Covid (como imperativo que tinha causado) e não comparar por exemplo ao Programa de Apoio ao Comércio Local que era de 5 mil euros e que fora de apenas 2 mil e tal euros; acrescentando que parecia mais importante o Domingão que o Comércio Local. Defendeu que isso, sim, daí é que vinham as prioridades. -----

Em relação ao orçamento, defendeu que o discurso do Sr. Presidente do Executivo não correspondia depois às verbas quando estas eram analisadas de acordo com as rubricas e em comparação com contas anteriores. Perguntou então porque é que a verba para a Intervenção Comunitária (a qual o Sr. Presidente tinha considerado uma prioridade) era em termos percentuais relativamente aos últimos 4 anos a 2ª mais baixa, recordando que em 2018 tinha um peso de 24,47%, em 2019 tinha sido de 20,39%, em 2020 de 18,47%



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

(acrescentou que de certeza quando viesse o Relatório de Contas seria superior por razões óbvias) e em 2021 voltava a baixar para 20,01%. Referiu ainda que, se depois se olhasse para o Ambiente e Espaço Público (salientando que ali é que estava a prioridade), verificava-se que nos três anos anteriores andava à volta de 35%: em 2018 à volta dos 34,5% em 2019 e em 2020 de 38,5%; e que no presente orçamento era de 44,62%. Realçou que 44,62% para Ambiente e Espaço Público, era fantástico. Defendeu que o Sr. Presidente na sua intervenção elencava as prioridades nas pessoas e noutras coisas, mas os números não o demonstravam. Concluiu, afirmando que os números falavam por si. -----

Recordou que tal como já ali tinha dito uma vez, sabia que se estava em ano de eleições, mas que as obras podiam ser adiadas, a vida das pessoas é que não. -----

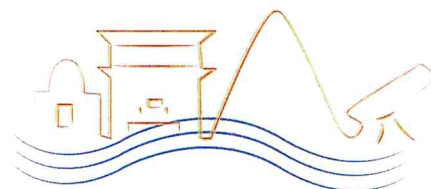
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal David Silva da Bancada do PS. -----

Começou por dizer que 2020 seria um ano que ficaria na memória de todos: um ano de desafios imensos, perdas, imprevistos e exasperações; um ano que nos tinha colocado à prova enquanto comunidade. Salientou que 2020 tinha-nos feito abdicar de estarmos com quem mais gostamos; tinha-nos feito abdicar de liberdades individuais e tinha-nos feito abdicar de dar tudo por garantido, mas que também nos tinha feito crescer enquanto cidade: fez-nos mais solidários, mais responsáveis, mais exigentes e, sem dúvida, tinha-nos feito mais resilientes. -----

Recordou que no ano anterior, aquando da discussão do Orçamento para 2020, se estava longe de imaginar todos os desafios com que se viriam a deparar, que lhes estariam reservados. Realçou que o Poder Local, nomeadamente as JFs, eram sinónimo de cooperação, de proximidade, de apoio integral. Afirmou saber bem que o executivo tinha sido obrigado a fazer escolhas, a assumir um cuidado redobrado à população, mas que não era ainda dia de prestar contas. Reafirmou saber que a vontade era muita, mas ainda não era o dia. -----

Salientou que as notícias conhecidas nas últimas semanas sobre as vacinas eram sem dúvida uma luz de esperança que se acendia, mas que não deviam ser vistas de uma forma desregrada, pois os desafios iriam continuar e iriam perdurar numa boa parte do ano de 2021; acrescentando que, nesse sentido, a sua bancada estava certa de que o caminho até ali pautado pelo bom senso, pela moderação e pelo respeito iria ser mantido. -----

Referiu que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2021 ali apresentados refletiam os desafios que se avizinhavam. Salientou que o executivo em 2020 tinha iniciado um combate sanitário e que em 2021 certamente o combate seria social e económico. Defendeu que havia que manter este caminho de compromisso com os fregueses e assumir sem rodeios as dificuldades, mas ao mesmo tempo continuar a apostar numa melhoria do território. Disse então que, analisando o Orçamento para 2021, encontrava a matriz de um caminho iniciado em 2013, altura em que a comunidade tinha encontrado no PS o projeto para desenvolver a freguesia. Referiu então que as dificuldades que adivinhavam de quebra de receita não



Freguesia
Massamá e Monte Abraão



Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

colocavam em causa, antes pelo contrário, o reforço do apoio social, sendo assegurada em parceria com o Município de Sintra a continuidade com a realização dos investimentos necessários para garantir a qualidade de vida em Massamá e Monte Abraão. Afirmou que gostaria de destacar o reforço na área da Intervenção Comunitária, desde o Programa Operacional para as famílias mais carenciadas, tão fulcral como os Projetos da Mercearia Solidária ou a Farmácia Solidária; acrescentando serem essenciais para a comunidade. Disse saber que o executivo tudo faria para que os fregueses tivessem o apoio social que necessitavam nos tempos que se avizinhavam, realçando que era preciso ser claro e não poderiam restar dúvidas, pois a Intervenção comunitária não se fazia apenas de assistencialismo, fazia-se também pela via da dinamização. -----

Defendeu que o apoio que a autarquia vinha a prestar à economia local era fundamental para uma comunidade viva. Recordou que a par do site dedicado ao freguês, se assistia a iniciativas como Compre na Freguesia (a qual tinha sido um enorme sucesso) ou o Programa de Apoio à Economia Local que, como infelizmente já ali tinha sido dito, não tinha atingido toda a verba que havia disponível. -----

Por fim, salientou a aposta no investimento na requalificação do espaço público para melhoria do território. Recordou que desde 2013 se vinha a assistir à repavimentação de várias vias em Massamá e em Monte Abraão, à requalificação de zonas pedonais, à criação de mais estacionamento, com várias bolsas de estacionamento para suprir parte das dificuldades, à melhoria de Parques Infantis e Polidesportivos, à requalificação de Espaços Verdes, à criação de raiz de novos Parques Urbanos e de lazer (como aquele que estava a nascer e era tão essencial para uma nova centralidade Verde no Centro de Monte Abraão). Realçou que o propósito era só um e era claro: valorizar o território. -----

Para concluir, afirmou que este era um Orçamento que a sua bancada sabia que era difícil, exigente e até revestido de alguma imprevisibilidade, mas que acreditava que através deste importante instrumento, a comunidade, a economia local e o território continuariam a ser valorizados transmitindo assim um sinal de esperança no futuro. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Brás) para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Começou por dizer que tinha pedido aos serviços uma pasta com documentação para responder com exatidão ao Vogal Carlos Saldanha, pelo que iria deixar para o fim. Agradeceu as questões colocadas. --

Relativamente às diferenças nas verbas dos Protocolos das Escolas explicou que no âmbito do processo de descentralização a lei referia que as JFs passavam a ter competência no respeitante ao Parque Escolar do 1º Ciclo. Deu nota que no Município de Sintra, além do Parque escolar do 1º Ciclo, tinham também protocolado o 2º e o 3º Ciclos e o Secundário e, portanto, a verba subjacente ao valor das transferências de competências da DGAE que incluía parte das transferências das escolas do 1º Ciclo e depois havia o protocolo com o município (os tais 55 mil euros de que o vogal falava) relativo às escolas que não estavam previstas na Lei da descentralização (as 2/3 do 2º Ciclo) da transferência de competências. Explicou que por essa razão é que os valores estavam divididos e era difícil comparar com o ano anterior pois era uma realidade nova;

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

saliendo que o mesmo acontecia relativamente aos Espaços Verdes (também fruto da transferência de competências), pois já não era no âmbito do protocolo direto com o município, pelo que não aparecia a rubrica referente ao protocolo dos Espaços Verdes. -----

Quanto à venda de equipamentos, referiu que tinham começado a fazer uma atualização do património e havia na junta equipamento que já não era utilizado, exemplificando que havia por exemplo uma viatura cujo arranjo era mais caro do que a própria viatura, deu nota que se estava a tentar vender equipamento já sem uso. -----

Relativamente ao associativismo, disse que iria deixar os esclarecimentos para o ponto da OT referente ao mesmo. -----

Relativamente à US, afirmou que nunca se iria conseguir comparar as receitas provenientes das atividades versus as despesas de uma forma tão clara porque na construção do orçamento havia verbas que eram espalhadas e, portanto, diluídas noutras. Explicou que, por exemplo, os recursos afetos à US estavam no bolo das despesas com pessoal que constava na rubrica da Intervenção Comunitária; da mesma maneira que a EDP, os SMAS, o material de escritório, a internet, os seguros, estavam diluídos noutras rubricas próprias para essas despesas, para se poder fazer o exercício financeiro e orçamental. Reafirmou que a ideia de que a UFMMA recebia mais do que gastava com a US era uma ideia errada. Reiterou que pelo contrário, eram serviços para a comunidade que tinham um custo para o cidadão, mas tinha um custo ainda maior para a autarquia e não era isso que punha em causa a sua existência. -----

No respeitante aos Espaços Verdes, referiu que o valor em relação ao ano anterior estava mais elevado. Explicou que tinha a ver exatamente com o Ponto 8., com a necessidade de ser colocado em rubrica o valor do preço base, não sendo esse o valor de final de contrato. Elucidou que para se lançar o concurso tinha de estar cabimentado o valor base, sendo essa razão por que aumentava, mas quando concluído (tal como tinha acontecido nos anteriores procedimentos lançados), passava a ser feito pelo valor contratualizado e o remanescente (o que sobrava sob o ponto de vista orçamental) seria distribuído pelas diferentes rubricas do orçamento. -----

Concordou que efetivamente o Mapa de Pessoal tinha as incorreções ali levantadas, eram dois assistentes técnicos, não para a comunicação, mas para a educação e US, sendo no total 7 novas entradas para perfazer um total de 40, se todas viessem a ser concluídas. -----

Em resposta à intervenção do Sr. Vogal Ricardo de Oliveira, começou por agradecer a intervenção pertinente e saudar ser a primeira feita pelo mesmo e enaltecer o facto de ter feito um estudo do orçamento.

Explicou que relativamente às receitas correntes e às cabimentadas, era evidente que não se podia gastar mais do que se recebia e existia de facto uma redução das receitas correntes, particularmente das receitas próprias fruto dos momentos que se viviam – as que derivavam das ações realizadas pela própria JF e que não eram consignadas, não tinham uma finalidade específica como tinham as consignadas pelo município que se destinavam para aquelas atividades em concreto. Salientou que, por exemplo que na US tinha havido uma quebra de cerca de 50% e na Feira, com o perdão das multas, com a isenção de taxas

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

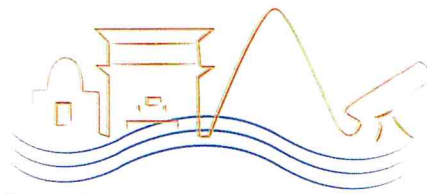
durante o período de encerramento a quebra tinha sido acentuada. Esclareceu que a redução tão significativa na orgânica da Administração financeira que o Vogal tinha salientado, o que justificava a diferença entre 1 milhão e os cerca de 896 mil, sob o ponto de vista orçamental devera-se ao facto de se ter de cabimentar de um ano para o outro o valor respeitante à sentença do Processo Servinova, pelo que em sede de orçamento estava indexado um valor e depois a sentença tinha sido um bocadinho menor. Realçou que não tendo de o fazer em 2021 essa diferença era justificada. -----

Quanto à modernização que vinha a ser levada a cabo e aos custos das plataformas, esclareceu que a diferença prevista em termos de orçamento era o pagamento da plataforma eletrónica onde a JF fazia a contratação pública, à EAV onde fazia a guarda da gestão documental, ao Amen onde a UFMMA tinha o seu domínio e à ITPL onde estava a RP de gestão documental alojada; acrescentando que depois tinha os custos de manutenção dos sites. -----

Relativamente ao Acontece, disse que de um ano para o outro estavam exatamente a aumentar a tiragem para, findo o contrato existente, se chegar a mais moradores. -----

Quanto à questão das Lojas, explicou que além de ser um processo dinâmico, a JF tinha feito uma limpeza, pois a determinada altura aceitava-se lojas online, mas depois apercebera-se de que muitas delas não tinham a sua residência na freguesia, e por isso tinham sido retiradas e ficado apenas aquelas que estavam fisicamente estabelecidas no território. Relativamente ao aumento do valor orçamentado para o Cartão Freguês, esclareceu que tinha a ver com um conjunto de ferramentas que seriam também desenvolvidas. Referiu que no início do projeto tinham um autocolante para os estabelecimentos, mas que nem todos aceitavam, e então fora encontrada uma solução, o chamado Teimoso, que ficava junto às caixas registadoras dos estabelecimentos. -----

No que dizia respeito às Bolsas de Mérito, começou por lembrar que o orçamento era mais um caminho, uma trajetória, porque para executar uma despesa tinha se rubricar, ficar inscrita em orçamento; acrescentando que quando eram colocados mil euros nas Bolsas de Mérito, não queria dizer que fosse esse o valor, mas sim que a rubrica iria estar aberta para ao longo do ano se poder fazer uma alteração orçamental e reforçar essa rubrica, que até poderiam vir a ser os tais 57 alunos a virem a ser beneficiados. Referiu que relativamente à razão da proposta do Francisco ter sido excluída tinha exatamente a ver com a questão da continuidade, ou seja, as Normas do OP determinam um espaço temporal de 18 meses para serem executadas; acrescentando que no entender do executivo, esta proposta não seria uma medida específica que duraria um ano letivo e depois ficaria a critério a sua continuação. Salientou que, até no ponto de vista da valorização da proposta, o executivo tinha achado que teria mais sentido trabalhar com o Francisco na criação de um Regulamento, na criação de uma decisão estruturada que perdurasse no tempo, isto é que comprometesse toda a freguesia (o Regulamento vinha a Reunião de AF) e assim seria assegurado o seu prolongamento no tempo, para que deste modo, se pudesse criar a ferramenta e depois em função daquilo que ficasse estabelecido se alocar a verba correspondente. Esclareceu que esses mil euros eram apenas para a JF ter a rubrica inscrita no Orçamento. Lembrou que se o contrato público internacional (como referira



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

há pouco em resposta ao Vogal Luís Coelho) viesse a ser fechado a um valor inferior ao valor base significaria (no ponto de vista orçamental) que a verba excedente teria de ser distribuída e as Bolsas de Mérito poderiam ser reforçadas por essa via. Sublinhou que era essa a engenharia que era necessária fazer. -----

Em resposta ao Sr. Vogal Carlos Saldanha, referiu que relativamente ao aumento da verba indexada ao Espaço Público, em termos orçamentais, estavam muito dependentes dos Protocolos da Câmara, sendo que as receitas consignadas aumentavam também e implicavam também um aumento da despesa na rubrica Espaço Urbano. Relembrou que na última assembleia tinha sido aprovado um protocolo que incluía 43 mil euros para uma viatura e isso estava incorporado nas despesas. Salientou que a evolução das diferentes áreas vinha a ser de crescimento. Reiterou que tem havido a preocupação de reforçar as Áreas Social e Intervenção Comunitária. Esclareceu que o Espaço Público aumentava fruto das competências que vinham a ser transferidas e alargadas, pelo que tinham consequência na receita, mas também na despesa. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) referiu que o Sr. Presidente tinha atingido o tempo máximo previsto na grelha, mas que todos tinham o direito de ouvir a resposta as questões solicitadas. **Passou a dar a palavra ao Vogal Ricardo de Oliveira da Bancada do PSD, recordando-o de que tinha mais 3 minutos.** -----

O Vogal começou por dizer que tinha ali algumas questões de seguimento. Relativamente ao Cartão Freguês disse achar interessante e meritório fazer a limpeza das lojas, mas que achava que desde 2014, em seis anos, era pertinente usar alguma verba da consultadoria para apresentar um estudo estratégico sobre o impacto que tinha porque o que passava para fora eram justificações vazias, pois aumentava o interesse, aumentava a adesão e depois via-se o contrário muitas vezes. -----

Quanto às Bolsas de Mérito disse que simplesmente não poderia aceitar a justificação, podíamos perceber contabilidade financeira, perceber engenharia económica, mas usar a bandeira da educação e abrir uma rubrica de mil euros (só para abrir a rubrica!?) a sua bancada não podia aceitar, pois estar nas Opções do Plano a promessa para a educação como eixo prioritário e depois no orçamento não se refletir não era aceitável; defendendo que deveria no mínimo estar atribuído no orçamento um número redondo de bolsas que fosse possível atingir, pois este número só demonstrava que era uma promessa vazia. -----

Agradeceu os comentários do Sr. Presidente e explicações bem como a possibilidade de as ouvir. ---

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Fernandes da Bancada do CDS que começou por dizer que gostaria de sublinhar um aspeto que considerava importante: a questão do combate social e económico que para o CDS era uma questão importante e com o qual era solidário. Relativamente à questão relacionada com as quebras de receita e no que concernia ao esforço (que tinha de sublinhar) reconheceu a importância dos vários mecanismos utilizados na tentativa de minimizar essa situação (quer com a Mercearia Solidária quer com a Farmácia Solidária). Afirmou que, no entanto, não podia deixar de sublinhar a importância que deveria ter tido e que

25

Sede: R. Dr. Francisco Ribeiro de Spínola, s/n Massamá · 2745-872 Queluz ·
Tel.: 21 439 23 31 / 21 438 91 71 · Fax: 21 438 91 70

e-mail: assembleia@uf-massamabraao.pt

Av. da Liberdade, nº 29 e nº 31 Monte Abraão · 2745-300 Queluz ·
Tel.: 21 437 36 35 / 21 439 08 39 Fax: 21 437 36 60

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

não tinha sido posta em prática referente à interação entre a CMS e a freguesia em alguns aspetos que tinha a ver com a dinamização e a defesa dos interesses do Comércio Local, pois o que se notava era a perfusão de grandes superfícies no concelho, os quais sobreponham a sua viabilidade à Administração Local. Relembrou que em Belas já tinha surgido uma e agora iria surgir uma em Queluz, o que não iria ajudar o Comércio Local na nossa freguesia. Realçou que surgiam e as pessoas deixavam de aderir ao comércio local, o que era visível e notório. Questionou se tinha havido alguma demonstração da não concordância, acrescentando que a autarquia devia tomar posição sobre estas questões e sobretudo e em conjunto com Queluz, Agualva-Cacém, Mira Sintra, demonstrar o desagrado desta situação, pois não ajudava quem há décadas tinha o seu comércio na freguesia, nomeadamente na nossa e estava a ser lesado com o surgimento de mais uma, que até pelo sítio onde estava a ser implementada não podia aceitar. -----

Relativamente à limpeza pública, salientando que o CDS tem sido crítico relativamente a este tema, reconheceu o esforço da freguesia na recolha dos «Monstros» e não deixou de salientar a importância de a JF também poder fazer mais alguma coisa para que a limpeza existisse de facto nas ruas e passeios da nossa freguesia. Realçou saber que era uma incumbência da CMS, mas que também era uma responsabilidade da JF fazer sentir essa questão; acrescentando que talvez fosse a altura de protocolizar com a Câmara, pois se calhar, saberíamos fazer melhor, nós na JF, fazer a limpeza que devia de haver para se deixar de ver fregueses a fazer eles próprios a limpeza dos seus passeios, das suas ruas, como acontecia. Realçou que este era o sublinhado que já aqui tinha deixado e que reiterava a necessidade de ver melhorado. -----

Sobre a questão de outras requalificações de zonas rodoviárias, lembrou a rotunda junto à estação ferroviária de Monte Abraão, reiterou que achava que havia soluções e que era importante resolvê-la, dando como exemplo a estação de Mem Martins que tinha passagens subterrâneas. Realçou a importância de resolver a situação, pois mais tarde ou mais cedo haveria ali uma desgraça pela maneira inadvertida que cada vez mais pessoas atravessavam a rotunda, o que era uma situação alarmante. Considerou que pelo menos dever-se-ia lançar ali uma ideia ou um concurso de ideias para que depois se pusesse desenhar e configurar um projeto junto da CMS para que algo se concretizasse, já que a inércia da CMS se mantinha sobre este assunto. -----

Finalizando, em relação à US disse que compreendia absolutamente a explicação dada pelo Senhor Presidente relativamente aos custos pois eram perfeitamente claras. Relativamente aos programas defendeu que se podia alargar um bocadinho os programas porque na verdade o mundo cada vez mais era um mundo de formação e deformação e diria que, os autarcas seriam os primeiros a poder dar alguns contributos para que outros conteúdos pudessem ser inseridos nestes programas e com certeza a população mais sénior poderia e deveria ser contemplada com outras ações que pudessem ter interesse, serem motivadoras e de desenvolvimento do seu próprio intelecto que pudessem ser interessantes para continuarem a ter essa possibilidade através da JF. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Sra. Vogal Maria de Sousa da Bancada do PS. -----

Começou por parabenizar mais uma vez a UFMMA pelo OP, que considerou ser uma ferramenta de enorme valor para a comunidade. Disse ainda querer aproveitar para lembrar os queridos fregueses que estavam a ouvir lá em casa que a edição iria terminar no dia 20. Apelou aos fregueses para que aproveitassem a oportunidade que lhes era dada para votarem, para darem a sua opinião sobre as nove propostas em votação. Recordou que foram pessoas que perderam o seu tempo a pensarem em coisas que poderiam melhorar a freguesia, apresentaram, fizeram o seu trabalho enquanto cidadãos ativos. Realçou que o mínimo que podíamos fazer era ouvir a sua voz e dar a nossa opinião através do voto no site do OP. --

Relativamente à conclusão do Parque Inclusivo, disse esperar que fosse concretizada em breve. Relembrando que seria o primeiro no Concelho de Sintra e afirmou que seria uma mais-valia para a nossa comunidade. Perguntou ao Sr. Presidente se havia mais alguma revelação sobre este fantástico projeto e se havia uma estimativa de quando viria de facto a poder ser usufruído pela comunidade. -----

Em relação à iniciativa Compre na Freguesia, relativamente ao Apoio ao Comércio Local, perguntou se havia uma noção, uma ideia, da representatividade do impacto na Economia Local, face ao número de vales apresentados tendo em consideração o valor mínimo para terem direito aos vouchers que eram entregues aos clientes. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) para responder às questões colocadas. -----

Começou por dizer que a contabilidade empresarial era muito diferente da contabilidade pública. Recordou que em primeiro lugar: os 57 alunos tinha sido um número proposto no âmbito do valor máximo do OP, o que não queria dizer que se viesse a ter 57 alunos a beneficiar disso; acrescentando que o valor seria sempre mais baixo. Salientou que se fosse para todos os alunos que entrassem para a faculdade também obrigaria a um esforço por parte da freguesia, pois num ano poderiam ser 40, noutra 10 e noutra 100, o que seria extraordinário. Afirmou que era necessário encontrar ali um ponto de equilíbrio e, portanto, o executivo, utilizar a contabilidade pública (a qual dizia que se no orçamento estiver inscrita a rubrica ela depois ao longo do ano pode ser reforçada, ou seja, pode fazer-se uma maior dotação financeira e, portanto, fazer crescer o valor). Reforçou que o facto de ficarem inscritos mil euros não significava que fossem apenas mil euros; acrescentando que até ali podiam estar 200 mil e não serem 200 mil. Esclareceu que apenas tinha a ver com o ter a rubrica inscrita, dando um sinal claro de que haveria um compromisso com o proponente, sinal de que a JF estaria disponível para trabalhar em conjunto numa proposta que pudesse vir a produzir um documento (neste caso, um Regulamento) com uma amplitude superior a 18 meses, que pudesse perdurar mais tempo na freguesia como acontecia noutras freguesias. Referiu que no final, o valor que seria inscrito no orçamento até poderia vir a ser superior ao valor referente aos 57 alunos. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Sobre o Cartão Freguês e o estudo do impacto, revelou que estava inteiramente de acordo. Referiu que, no entanto, este era um ano difícil do ponto de vista da receita. Deu nota de que já tinham feito uma estimativa de custo sobre o estudo e não seria comportável fazê-lo em virtude da situação financeira que se previa, a quebra de receita. Referiu que de 2014 até ao momento já existia a maturação suficiente e ferramentas disponíveis do ponto de vista do cidadão e do comerciante que permitia de uma maneira mais técnica direcionar o projeto para outros patamares. -----

Quanto à questão da limpeza urbana, salientou que os colaboradores da JF faziam um trabalho inexcedível para que a freguesia ficasse liberta de monos, ter-se-ia o reforço da equipa, o reforço de meios, mas também uma maior responsabilidade. Disse saber que havia aspetos a melhor relativos à recolha. -----

No que se referia à existência das grandes superfícies, afirmou entender a questão do Vogal, mas também se podia olhar para elas de outra forma: as grandes superfícies geravam emprego. Disse não querer entrar nessa demagogia de discussão, afirmando que a verdade era que a JF acreditava em promover o Comércio Local e apostava nele e era exatamente por isso que o tentava valorizar com iniciativas, com dinâmicas e considerava que essa era a melhor resposta a dar. -----

Relativamente à Rotunda da Estação, explicou que de acordo com a informação que tinha obtido, na Rua Correia de Sá havia uma conduta onde passava a água e isso interferia com uma solução do ponto de vista subterrâneo; acrescentando que uma passagem pedonal tinha ali interferência com a privacidade dos prédios; que não dizia que era impossível. Afirmou que do ponto de vista das soluções de senso comum que poderiam ali ser aplicadas, diria que há ali alguma dificuldade em concretizar. -----

Em resposta às questões colocadas pelo Vogal Carlos Saldanha, relativamente à Intervenção Comunitária, sobre o referido pelo Vogal (2018 ter um valor superior a 2019), esclareceu que isso advinha das transferências correntes. Explicou que em 2018, tinha havido um projeto no âmbito do OP de apoio que aumentou as transferências correntes da Intervenção comunitária que não tinha existido em 2019 e isso justificava a transferência das transferências correntes. Argumentou que, no entanto, havia uma valorização dos Projetos desenvolvidos, por exemplo: havia o reforço de custos com pessoal e o reforço dos custos com a aquisição de bens e serviços. Salientou que naquilo que era efetivamente a atuação prática dos custos inerentes aos projetos, eles aumentavam, além de que os apoios às instituições iam variando: em 2018 tinha havido um apoio no âmbito do OP e isso fazia a diferença de um ano para outro no que respeitava à sua execução. -----

Relativamente ao OP, disse que era uma ferramenta que a JF apreciava, não havendo modelos perfeitos, mas havia uma vontade de dar e disponibilizar aos fregueses a oportunidade de olharem e terem também uma decisão sobre o local onde viviam, trabalhavam ou estudavam e poderem através do OP e do OP Jovem desenvolverem um olhar crítico, submeterem as suas ideias e vê-las materializadas, como, por exemplo: estava em vias de conclusão a reabilitação de um espaço verde junto à Rotunda Augusto Rendeiro.

Quanto ao Parque Inclusivo, salientou ser um processo que o executivo bastante apreciava que estava inicialmente previsto no orçamento para o desenvolver num determinado sentido com uma

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

determinada envolvência. Explicou que no âmbito das visitas que o Sr. Presidente de Câmara faz às freguesias nas Presidências Abertas, tinha-lhe sido apresentado o projeto e, prontamente, o Sr. Presidente da CMS tinha chamado a si a responsabilidade de financiar o projeto. Deu nota que o acordado foi que a JF elaborava o projeto e que o município tratava da parte da contratação pública e do acompanhamento da execução em si. Esclareceu que já tinha sido entregue o projeto ao município que estava a validar a documentação e a corrigir uma ou outra questão mais técnica e a perspectiva era que no início do ano o concurso fosse lançado.

Quanto ao Compre na Freguesia, deu nota de que foram realizados seis sorteios, em média tiveram cerca de 1200 cupões por sorteio, num total de 7200 e cada um deles valia 10 €, portanto, tinha sido essa a dinâmica e grandeza associada ao cupão. Deu nota que foi muito bem recebida pelos estabelecimentos que aderiram, tendo sido um modelo novo, menos prático, mais participativo também do ponto de vista dos comerciantes e que no fundo resultou na sua envolvência, na sua participação e também num grau de maior confiança entre a autarquia e o comerciante, o que nem sempre era fácil que acontecesse. Afirmou que tinha sido um projeto muito interessante e que estava certo de que no ano 2021 seria repetido. Relembrou que este projeto tinha sido lançado no âmbito da Pandemia para promover e dinamizar o comércio local. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Ricardo Oliveira da Bancada do PSD recordando-o que tinha um minuto. -----

Começou por dizer que não questionando o rigor financeiro e o rigor orçamental daquele que seria o último orçamento do mandato, o Sr. Presidente estava ali a dizer que iria abrir uma rubrica sem saber qual é que viria a ser o real valor, o que lhe era difícil de perceber. -----

Ao que o Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) respondeu que o que iria fazer era trabalhar com o proponente no sentido de estabelecer um número determinado de bolsas para chegar a um valor; deu como exemplo a freguesia de Estoril/Cascais que só dava dez bolsas e que com certeza teria mais de dez alunos. Esclareceu que era esse trabalho que teria de ser desenvolvido, chegar a um valor e depois do ponto de vista da contabilidade pública, tal como tinha referido havia pouco, tinha-se o Concurso Internacional para os Espaços Verdes que tinha de ser lançado ao preço de 0,15€/m²; recordou que o contrato existente assinado era de 0,07€/m², pelo que depois esse diferencial seria distribuído por diferentes rubricas onde poderia ser perfeitamente reforçada a rubrica das Bolsas de Mérito. Realçou que era importante fazer duas coisas: primeiro, dar o sinal de que o executivo queria fazê-lo e que tinha esse compromisso e, segundo, trabalhar sobre um Regulamento. Disse então que Estoril/Cascais definia 10 alunos e que havia freguesias que tinham um modelo semelhante, em que definiam não o número de alunos, mas o montante. -----

Alguns vogais da assembleia interromperam a intervenção e instalou-se o diálogo. -----

O Vogal Ricardo Oliveira da Bancada do PSD disse então que deveria haver um esforço inicial para se definir um limite mínimo ou um valor percentual para que simbolizasse essa vontade e não mil euros para

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

abrir a rubrica. Agradeceu o esclarecimento. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu por terminada a discussão dos três pontos e passou de imediato à votação do Ponto 2. Apreciação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021. -----

Votação: -----

6 Votos CONTRA – (4 Vogais Independentes; 2 CDU); -----

2 Votos de ABSTENÇÃO – (1 PSD; 1 CDS/PP); -----

13 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE); -----

O Ponto 2 foi APROVADO por MAIORIA com 13 votos a favor. -----

A Bancada da CDU através do Vogal José Coelho disse que tinha uma Declaração de Voto a apresentar. O Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, disse ao Vogal que poderia apresentá-la mais tarde ou por e-mail. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação do Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação referente à Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----

Votação: -----

2 Votos CONTRA – (2 CDU); -----

6 Votos de ABSTENÇÃO – (1 PSD; 1 CDS; 4 Vogais Independentes;); -----

13 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE); -----

O Ponto 3 foi APROVADO por MAIORIA com 13 votos a FAVOR. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) passou à votação do Ponto 4– Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2021; -----

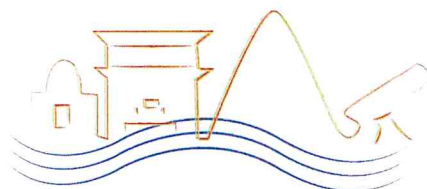
Votação: -----

0 Votos CONTRA; -----

6 Votos de ABSTENÇÃO – (1 CDS/PP; 1 PSD; 4 Vogais Independentes); -----

15 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 2 CDU); -----

O Ponto 4 foi APROVADO por MAIORIA com 15 votos a FAVOR; -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação o Ponto 8 - **Apreciação, discussão e votação referente à Autorização específica para a abertura de concurso público para aquisição de serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Ajardinados na União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão;**

Votação: -----

6 Votos CONTRA: (2 CDU; 4 Vogais Independentes); -----

1 Voto de ABSTENÇÃO – (1 PSD); -----

14 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 1 CDS/PP); -----

O Ponto foi APROVADO por MAIORIA com 14 votos a FAVOR. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques deu a palavra ao Sr. Vogal José Coelho da Bancada da CDU para apresentar a Declaração de Voto relativa às Grandes Opções do Plano (Anexo III). -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) considerando a grelha dos tempos, alertou para o facto de a CDU e o PSD terem um minuto para intervenção. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) abriu a discussão ao Ponto 5 – **Apreciação discussão e votação da 2ª Alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, dando a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (pedro Oliveira Brás).** -----

Explicou que o regulamento vinha à assembleia em sequência da questão colocada pelo Vogal Luís Coelho relativamente à necessidade da alteração de Taxas devido aos pombais, em que foi explicado que tinha havido um desfasamento de tempo e passada essa questão da publicação em Diário da República, a alteração vinha já refletida. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU que referiu ter ido consultar o anterior pois a preocupação era relativa ao atestado multiusos, questionando se apenas tinha havido a introdução relativa ao pombal. Ao que o Sr. Presidente respondeu que tudo o resto se tinha mantido igual. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a Votação o Ponto 5 – **Apreciação discussão e votação da 2ª Alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão;** -----

Votação: -----

0 Votos CONTRA -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

4 Votos de Abstenção: (4 Vogais Independentes); -----

17 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 2 CDU; 1 PSD; 1 CDS/PP); -----

O Ponto 5 foi APROVADO por MAIORIA com 17 votos a favor. -----

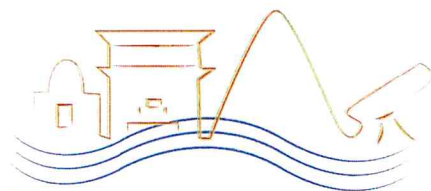
O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a apreciação o Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo, dando a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Brás). -----

Começou por dizer que, no seguimento à reflexão feita pelo executivo sobre a relação da JF com o associativismo, tinha chegado à conclusão que o regulamento em vigor tinha um conjunto de Normas um bocadinho genéricas que não refletia de uma forma mais objetiva as necessidades e os apoios que as associações necessitavam, mediante os pedidos que a JF ia recebendo, pelo que a JF tinha entendido que seria importante trabalhar com o movimento associativo e criar um outro modelo de apoio ao associativismo baseado, numa primeira instância, num processo de clareza e num processo de transparência sobre quais os apoios e os critérios e as avaliações de cada pedido. Deu nota de que tinham sido realizadas reuniões com o movimento associativo da freguesia, tinha sido dada a conhecer a proposta, fora submetida a consulta pública e que tinha recebido um conjunto de contributos por parte do movimento associativo. Explicou que grande parte dos contributos vieram a estar contemplados na versão final e que, no fundo, o que o executivo pretendia era através desta nova ferramenta também dar maior responsabilidade ao movimento associativo, portanto, valorizar quem participa, quem valoriza, quem promove iniciativas e apoio à comunidade, através de um conjunto de critérios que estão descritos na proposta de Regulamento. -----

Explicou que contemplava cinco eixos de apoio, que seriam definidos e atribuídos de acordo com os critérios do regulamento. Destacou dois: o apoio à aquisição de viatura e o eixo de fomento à vida associativa que no fundo além de apoiar a criação de novas associações também lhes dará a oportunidade de desenvolver ações e formações que tragam conhecimento e reflexão ao território. Deu nota que os restantes apoios já se faziam: o apoio financeiro, o apoio para a cedência de bens e equipamentos já era feito, apenas era dado um outro enquadramento porque também era importante perceber os custos inerentes a esses empréstimos pra que também houvesse alguma perceção. -----

Referiu que iria existir um portal do associativismo que seria a plataforma de relacionamento no que dizia respeito à submissão de pedidos, onde as associações iriam também poder consultar todo o seu histórico de pedidos e poder acompanhar a evolução dos mesmos para através da plataforma poderem saber quando é que foram entregues, quando é que foram, abertos, quando é que estão em análise e se foram aprovados ou não, até para criar um histórico de cada associação. -----

Relativamente ao procedimento, explicou que, no ponto de vista orçamental, até ali era feita a discriminação dos apoios regulares que estavam definidos para cada associação e o que passaria a ser feito era, em função dos seus planos de atividades e dos seus orçamentos atribuir verbas nos diferentes eixos de



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

acordo com as regras estabelecidas na proposta de Regulamento. Explicou que seriam estabelecidos contratos de programa de apoio a cada instituição e que seriam submetidos e aprovados em assembleia de freguesia anualmente, atualizando desta forma os apoios e ajustando à vida das associações. Afirmou achar que esta maneira era mais justa e mais correta até para com as próprias associações. -----

Concluiu, dizendo que havia um sentimento unânime das associações relativamente à mais-valia do Regulamento em apreciação e defendendo que também seria um desafio para melhor prepararem as suas associações e as suas atividades. Afirmou que iriam encontrar na JF total apoio para a sua concretização. ----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU. -----

Começou por dizer que o Sr. Presidente já tinha respondido alguma das questões que a sua bancada trazia, mas que, no entanto, havia ali uma questão a valorizar: o recurso aos contratos de programa que seria uma ferramenta muito útil para gerir a relação com as associações. Perguntou então que contratos programa estavam em vigor ou se conseguia fazer um apanhado dos últimos anos. Salientou que esta questão lhe parecia interessante e tinha a ver com outra que era se havia alguma projeção ou estudo para perceber qual seria o impacto da entrada em vigor desta Regulamento na transição do que se tinha ao momento de uma forma avulso e não de uma forma muito regular. Defendeu que este tipo de instrumento era razoável tendo em conta o tecido associativo da freguesia, apesar de a CMS não ter nenhum neste género. Alertou que neste tipo de regulamentação havia também alguns perigos, acrescentando que neste mandato tinha havido uma sistematização com outras entidades, e até de gestão de atividades da JF, mas havia ali sempre o perigo de tornar as relações muito pouco práticas e de poder haver ali alguma opacidade, fruto dos critérios que se iam colocando e que se sobrepunham a decisões políticas, decidir programas, se se ia apoiar ou fazer aquela atividade e se seria assumida pelo executivo; no caso dos contratos programas virem à assembleia e implicarem o resto das forças políticas. Acrescentou ainda que haveria perigos a que iriam estar atentos, os quais tinham a ver com a burocratização, com o peso excessivo do estado na vida das associações, pois poder-se-ia estar a limitar a autonomia das associações, estar a subjugá-las àquilo que era o poder político. Disse ainda que também era relevante ver como é que outras associações poderiam entrar ali ou não no contrato.

Concluiu, afirmando que, fruto dos esclarecimentos dados, a sua bancada considerava que este era um instrumento positivo para a vida da freguesia e que iria acompanhar a sua implementação, mas sobretudo felicitavam as associações da freguesia pelo seu trabalho, particularmente nestes momentos que estávamos a viver e formulou votos de que se continuasse a apoiar e a desenvolver o trabalho meritório. ---

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Sra. Vogal Maria de Sousa da Bancada do PS. -----

Relativamente ao Regulamento de Apoio ao Associativismo disse que era um documento criado com todos para todos, existindo de facto a vontade de trazer transparência, credibilidade, igualdade de

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

oportunidades e justiça à concessão de apoios ao associativismo, fosse ele cultural, recreativo, desportivo ou juvenil. Acrescentou que o objetivo de promover o desenvolvimento local através do apoio a projetos e atividades de interesse para a freguesia motivou a procura de um documento suporte que não só garantisse equidade no processo, mas também motivasse associações a uma constante proatividade e dinâmica associativa. Defendeu que não se tratava de dar dinheiro, que se tratava de apoiar ideias geradas para benefício integral da comunidade, dotando neste caso as associações de meios para concretizarem esses valiosos projetos comunitários que todos nós valorizámos e entendíamos serem de elevada importância, que era dizer presente ao chamamento associativo que recebia apoio financeiro, logístico e técnico regulares ou até mesmo pontuais sempre que estavam em causa projetos de interesse público. -----

Referiu que a questão da existência de apoio também direcionado para as atividades pontuais demonstrava bem o conhecimento da realidade e a perceção das necessidades notáveis das associações face às alterações não programadas e com responsabilidades não imputáveis às mesmas, afirmando que era perceber que era necessário fazer face a qualquer dificuldade não comprometendo o sucesso do projeto para a comunidade e promove inclusão, relação e envolvimento dos fregueses, seja na conceção ou no usufruto dos projetos da maioria das atividades. -----

Concluiu, afirmando que era no seu todo uma ferramenta de valor que constituía uma mais-valia para as associações e que traria benefícios a longo prazo, além de credibilidade nos investimentos, transparência nos objetivos, objetividade na projeção das atividades, uma visão estratégica na conceção da agenda e a capacidade de previsão ou antevisão, o que permitiria às associações procederem aos ajustes mediante as necessidades sem prejuízo de não puderem ser efetuados por falta de acompanhamento. Afirmou que, por isso, nunca seria demais agradecer a todas as associações envolvidas no desenho do Regulamento. Enalteceu o seu sentido de responsabilidade individual e coletiva que as levou a querer fazer parte do seu próprio futuro não delegando em outros o seu papel principal. Terminou agradecendo a todas as associações e à UFMMA por mais uma vez incentivar à participação pública da construção da freguesia, incluindo de forma constante as partes interessadas em quaisquer que fossem os projetos, áreas de intervenção e por promover uma dinâmica de compromisso, responsabilidade e cooperação entre todos. ---

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Brás). -----

Em resposta às questões colocadas e relativamente ao peso burocrático, defendeu que atualmente as nossas associações já se relacionavam com o município desta forma, havendo um conjunto de documentação que estava agora a ser revista, mas que era algo com que já estavam perfeitamente familiarizadas, não havendo um excesso de burocracia. Referiu que apesar de ser um processo de desmaterialização, não tinha tido custos pois a JF tinha tido um programador informático a cumprir horas comunitárias, pelo que tinham aproveitado as centenas de horas para desenvolver um projeto na área da sua formação, tendo assim sido criado o Portal do Associativismo. Esclareceu que a associação tinha aí o seu

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

perfil onde colocava a sua documentação, a qual ficaria disponível para a qualquer momento alterar um ou outro documento, não necessitando de estar sempre a apresentar documentação; acrescentando que coloca uma vez e ficando validada não necessitava de ir dando nota disso, afirmando que desse ponto de vista até acabava por ser menos burocrático. -----

Sobre o impacto deste modelo sobre os apoios regulares, uma vez que os apoios pontuais variavam de acordo com o que era solicitado, disse que até havia um reforço de verba para a maioria das instituições face ao orçamento que apresentavam; acrescentando que uma ou outra tinha um pequeno ajuste, não muito significativo, mas que na maioria quase todas elas se mantiverem a mesma componente orçamental e Plano de Atividade, no que dizia respeito ao apoio regular, teriam uma melhoria com este novo contexto. Salientou que os apoios pontuais derivavam daquilo que era exceção e, portanto, iriam depender da dinamização de cada instituição e ao que se propunha. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a Votação o Ponto 6 –
Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo; -----**

Votação: 21 votos a Favor -----

O Ponto 6 – Regulamento de Apoio ao Associativismo foi APROVADO por UNANIMIDADE; -----

**O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a apreciação o Ponto 7 –
Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato de cedência de utilização de parte de imóvel
municipal a celebrar entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão --**

**O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente da
Junta da UFMMA (Pedro Brás) que explicou que se estava a falar de um espaço por cima da Quinta das
Flores, junto à entrada das instalações da Junta de Freguesia. Explicou que das diferentes abordagens que o
executivo tinha feito ao município para viabilizar aquela zona tinha proposto ao município a celebração do
presente contrato para a JF poder naquele espaço desenvolver diferente daqueles que existiam nos parques
com um espaço de restauração no patamar superior e desta forma reabilitar o espaço e dar-lhe uma nova
utilidade e um novo dinamismo ao parque. Esclareceu que tinham tido o cuidado de junto da Escola do
Património fazer a avaliação dos azulejos ali existentes. Informou que os únicos que tinham de ser objeto de
recorte, retirada e permanência naquela zona, eram os azuis do miradouro pelo que seriam colocados como
a preservar no projeto a ser desenvolvido; acrescentando que todos os outros (os amarelos e azuis que
constituem o rebordo do tanque) eram azulejos industriais sem qualquer tipo de valor. Explicou que o
executivo pretendia lançar um concurso de exploração para o espaço de restauração, pelo que após a
aceitação do pedido presente, se iniciaria o processo de abertura de concurso para no próximo ano submeter
o espaço a concurso. -----**



Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

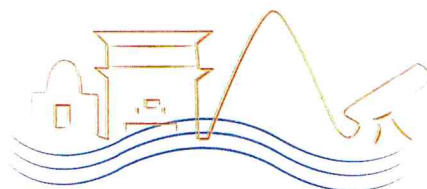
O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU. Começou por dizer que relativamente à proposta, a sua bancada considerava-a estratégia interessante, mas que carecia de fundamentação. Concordou que o espaço estava de facto subutilizado, mas que era ainda um dos poucos espaços livres da freguesia. -----

Defendeu que no entender da sua bancada estava-se a começar pelo telhado, pois estava-se a fazer de imediato a cedência para um determinado propósito sem ter um estudo de viabilidade económico e de impacto social da intervenção antes da implementação deste equipamento. Salientou que existia ainda a questão do programa de intervenção arquitetónica, pois apesar de se ter tido alguma cautela relativamente aos azulejos e a avaliação do património necessária, faltava ver a volumetria, a gestão de espaços, as servidões, pelo que no entender da sua bancada a JF estava a antecipar-se. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Ricardo Oliveira da Bancada do PSD que disse que gostaria de deixar três sugestões no âmbito da proposta apresentada: a primeira fazer-se um estudo do impacto económico local, considerando que aquela zona tem seis estabelecimentos de restauração; depois considerar a isenção da renda dos 73€ de rega até começarem as obras de facto e tentar aumentar o intervalo de cedência de 5 anos para um período que justifique o investimento inicial da obra, no sentido de prevenir qualquer situação que possa vir a acontecer de cedência/não cedência. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás). Esclareceu que quando tinha solicitado à CMS a cedência do espaço para desenvolver um conceito com restauração foi porque o executivo tinha sido abordado por algumas pessoas que entendiam que aquele espaço podia ser interessante no ponto de vista da oferta nesta área. Salientou ainda que, olhando para o comércio à volta, havia em frente dois restaurantes, depois um outro apenas com pratos do dia e mais abaixo existiam três cafés, pelo que não havia uma concorrência significativa. Realçou que o conceito pretendido é um conceito diferente e diferenciador. -----

Relativamente aos termos do contrato, explicou que este estabelecia a relação entre o CMS e a UFMMA e nada tinha a ver com o que seria o concurso de exploração que seria lançado. Relativamente aos 73€, explicou que era o que a JF iria pagar ao Município de Sintra pela cedência do espaço e não seria certamente o valor que iria colocar como preço base no concurso, o qual seria certamente superior. Concluiu, afirmando que não se estava ali a analisar o programa do concurso de exploração, pois era matéria da responsabilidade do município; recordando que o que estava em análise era a aprovação do contrato de cedência do espaço entre a CMS e a UFMMA para possibilitar a viabilização de uma resposta com a finalidade descrita. Explicou que se, entretanto, se decidir que já não seria para restauração, mas sim para outro efeito, este acordo de cedência teria de ser anulado e estabelecer um outro. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Concluiu, afirmando que no fundo, a JF queria aproveitar o espaço na Quinta das Flores, pois era um espaço grande, cujo miradouro tinha inclusivamente um uso impróprio e assim valorizar o património e melhorar os acessos, construindo uma solução que melhor servisse a freguesia. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou então a votação o Ponto 7 – Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato de cedência de utilização de parte de imóvel municipal a celebrar entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão: -

Votação: -----

0 Votos CONTRA; -----

2 Votos de ABSTENÇÃO – (2 CDU); -----

19 Votos a FAVOR – (11 PS; 2 BE; 1 CDS/PP; 1 PSD; 4 Vogais Independentes); -----

O Ponto 7 foi APROVADO por MAIORIA com 19 votos a FAVOR; -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) recordando que eram 22h30 e que faltavam ainda discutir dois pontos da OT, um de discussão e um de apreciação, questionou a assembleia se se poderiam prosseguir os trabalhos. -----

A Sra. Vogal Independente Maria de Fátima Campos informou que teria de abandonar a AF dentro de 5 minutos. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) aconselhou a Sra. Vogal a levar a convocatória da Assembleia pois poderia servir de justificativo para algum imprevisto. -----

Disse então que poderia colocar a discussão o ponto de votação e o de apreciação poderia ser feito por escrito, se para tal houvesse anuência da assembleia. -----

O Sr. Presidente da Mesa colocou a apreciação o Ponto 9 – Apreciação, discussão e votação da minuta de protocolo de local de recolha, entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Electrão – Associação de Gestão de Resíduos. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) esclareceu que o protocolo em apreciação surgia no âmbito de uma política ambiental. Esclareceu que o executivo tinha submetido uma candidatura para a JF poder ter um ponto de recolha para pequenos eletrodomésticos e também um pilhão, a qual foi aceite. Explicou que o equipamento teria de ficar num sítio acessível ao público, mas que simultaneamente garantisse alguma segurança, pelo que ficaria nas instalações da JF em Massamá, num espaço devidamente protegido. Mais informou que o equipamento chegaria já na próxima semana. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra à Sra. Vogal Ana Paula Carvalho que começou por cumprimentar todos os presentes. -----

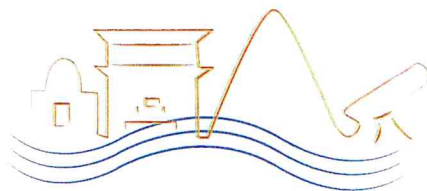
Disse então que o atual executivo tinha tido sempre como objetivo a gestão de resíduos tendo implementado vários projetos, nomeadamente distribuição de beateiras por vários estabelecimentos comerciais, ainda antes da entrada da lei da nova lei das beatas, a distribuição de equipamento para a recolha de detritos caninos bem como dispensadores de sacos em diversos locais da freguesia. -----

Relativamente ao caso do protocolo em discussão com a Sociedade Electrão (a qual geria a recolha de resíduos elétricos, eletrónicos, pilhas e acumuladores, tendo como objetivo a proteção dos recursos naturais através da valorização dos resíduos), o executivo dava prossecução aos compromissos assumidos e aos que pretendia reforçar nos próximos tempos: a preservação e a sustentabilidade do ambiente. Defendeu que só assim se poderiam cumprir os desígnios estabelecidos pelo Dec. Lei Nº 152-d/2017 e atingir os objetivos de preservação do ambiente: reduzindo o impacto do consumo humano, em particular reduzindo o impacto de gestão dos próprios resíduos, diminuindo o impacto da utilização dos recursos, melhorando a eficiência dessa utilização e contribuindo para o desenvolvimento sustentável. -----

Concluiu, congratulando a JF pela parceria a estabelecer com a Electrão, passando assim a fazer parte de uma rede de gestão ambiental de excelência em Portugal. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU. Não deixando de valorizar a importância da preservação ambiental, questionou como seria feita a gestão de resíduos perigosos que ali iriam forçosamente existir, pois equipamentos como frigoríficos e arcaas tinha líquidos que poderiam ser contaminantes. Perguntou ainda se havia algum trabalhador da junta que fosse estar exposto a esses resíduos. Disse ainda que a sua bancada gostaria também de perceber que recursos eram exigidos para este procedimento e que, pelo que tinha percebido a JF até seria remunerada pela tonelada entregue. Questionou então quais eram as perspetivas. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que, em resposta ao Vogal, esclareceu que a UFMMA não teria custos efetivos com este protocolo, apenas era feita a cedência de um espaço para a colocação do equipamento. Informou que a gestão do equipamento e a recolha era feita pela associação e, portanto, sempre que necessário, a JF sinalizaria junto da instituição a necessidade da recolha dos equipamentos. Esclareceu que o cidadão tinha acesso livre ao equipamento, não havendo por isso receção, pois no fundo eram idênticos aos que se encontravam nas grandes superfícies, pelo que o único acompanhamento seria o controlo de ocupação para solicitar a sua recolha. Disse ainda que associado a isso havia um benefício financeiro, 50€/tonelada. Reiterou que não havia custo efetivo a não ser a ocupação do espaço, o acompanhamento e a monitorização. Informou ainda que a gestão dos resíduos perigosos era também feita pela associação. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da AF (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação o Ponto 9 -
Apreciação, discussão e votação da minuta de protocolo de local de recolha, entre a União das Freguesias
de Massamá e Monte Abraão e a Electrão – Associação de Gestão de resíduos; -----

Votação: 21 Votos a FAVOR -----

O Ponto 9 foi APROVADO por UNANIMIDADE. -----

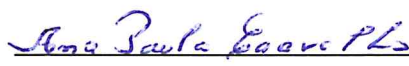
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) sugeriu que, relativamente
ao Ponto 10, se houvesse alguma questão a colocar ao executivo, fosse feita por escrito. Dado o adiantar da
hora solicitou ainda a dispensa da Ata em minuta. Tendo a assembleia anuído foi colocada a votação, a Ata
em Minuta, a qual foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Assembleia pelas 22
horas e 40 minutos. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia




Manuel Lourenço Marques

A 1ª Secretária


Ana Paula Carvalho

A 2ª Secretária


Sandra Viegas

	
SESSÃO DE	24 / julho 2021
FAVOR	21 (unanimidade)
VOTAÇÃO CONTRA	0
ABSTENÇÃO	0
O Presidente	
	

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

ANEXOS

ANEXO I

Moção Conjunta «Contra o Encerramento da Agência da CGD de Queluz Ocidental»

ANEXO II

Recomendação apresentada pela Bancada da CDU «Suplemento por Trabalho em condições de Penosidade e insalubridade»

ANEXO III

Declaração de Voto da Bancada da CDU relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020.

Anexo V

Declaração de Voto da Bancada da CDU relativa ao Orçamento Participativo

